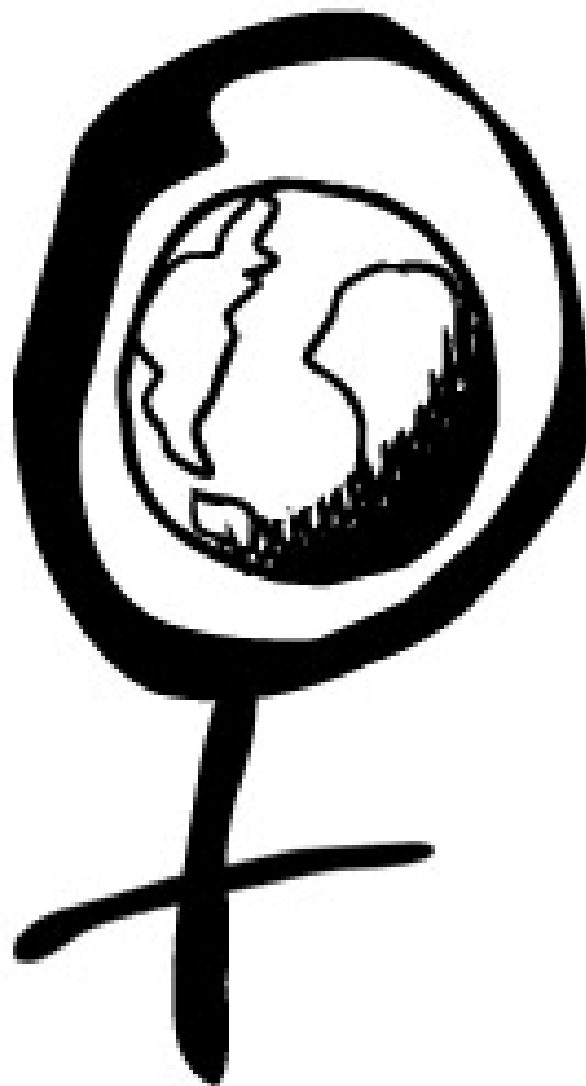


RELATÓRIO DA REUNIÃO DE CONSULTA

19 E 20 DE OUTUBRO 2001
RIO DE JANEIRO



ESTRATÉGIAS DAS MULHERES PARA A RIO +10
AGENDA 21 DE AÇÃO DAS MULHERES PELA PAZ
E POR UM PLANETA SAUDÁVEL

FICHA TÉCNICA

Evento

Coordenação do Evento:	Thaís Corral
Produção Executiva:	Schuma Schumaker
Edição dos Textos:	Patricia Kranz
Equipe REDEH:	Átila Camargo Hélio Egídio Kátia Regina da Silva Luciana Neto Márcia Gama Márcia Lemos Maria da Guia Félix Osmar Sobral Regina Célia de Oliveira Sandra Infurna
Rádio Móvel Fala Mulher:	Denise Viola Fábio ACM Madalena Guilhon Mara Régia Di Perna Taís Ladeira
Publicação	
Supervisão:	Thais Corral
Relatoria:	Patrícia Kranz
Programação Visual:	Luciana Neto

ÍNDICE

.....
Este relatório contém as seguintes partes:

Apresentação

Sumário Executivo

Programação do Evento

Resumo dos Comentários Proferidos na Mesa de Abertura

Painel: A Agenda Das Mulheres nas Conferências

da ONU: Avanços, Retrocessos e Perspectivas.
Comentários e Recomendações das Palestrantes

Plenária: Relato das Oficinas

Anexo: Lista de Participantes

APRESENTAÇÃO

A Agenda 21 de Ação das Mulheres e a REDEH têm muito em comum. Ambas surgiram no período que antecedeu a ECO-92 num esforço de articular a voz das mulheres numa área em que eram pouco conhecidas, a do meio ambiente.

A **REDEH** foi formalmente constituída em 1990, mesmo ano em que o WEDO (organização internacional das mulheres para o meio ambiente), lançou a proposta da realização de um congresso internacional para elaborar uma plataforma de ação das mulheres para a ECO-92, ocasião na qual convidou a **REDEH** para ser sua parceira e contribuir para a mobilização das mulheres brasileiras.

Desse Congresso realizado em Miami em 1991, resultou a **Agenda 21 de Ação das Mulheres por um Planeta Saudável** que passou a ser a plataforma-base do trabalho da REDEH no Brasil. Traduzimos a Agenda para o português, fizemos campanhas para sua divulgação e organizamos atividades em parcerias com outros grupos nos planos nacional, estadual e local. Em todas essas esferas, a **REDEH** levou às diferentes articulações voltadas para a implementação da Agenda 21 oficial, a visão das mulheres balizada pelo processo que marcou pela primeira vez nossa presença na política global. Participamos do processo que fundou o Fórum 21 da Cidade do Rio de Janeiro e somos parte do comitê executivo. Integramos também a Agenda 21 do Estado do Rio de Janeiro e coordenamos a primeira fase da consulta à sociedade brasileira da Agenda 21 Nacional sobre a temática da Redução das Desigualdades Sociais e de Cidades Sustentáveis.

Dez anos depois, a **REDEH** se juntou novamente ao WEDO e a outras redes internacionais para coordenar a iniciativa de relançar a Agenda 21 das Mulheres através de uma consulta internacional que vem se realizando desde junho de 2001 por correio eletrônico, pela Internet e em reuniões organizadas nas diferentes regiões do mundo. Nossa intenção é produzir um documento que será entregue aos chefes de estado e representantes de outros setores que estarão presentes na Cúpula Mundial do Desenvolvimento Sustentável ou Rio + 10 em setembro de 2002 em Joanesburgo. Apesar desse aspecto mais formal, essa Agenda continuará sendo utilizada por nós como uma carta de princípios que estimula a ação de colaboração e parceira de inúmeros grupos de mulheres.

Nesse contexto, foi com muita satisfação que organizamos essa **reunião de consulta** às lideranças brasileiras e contamos com a presença de algumas parceiras de outros países da América Latina. Foi uma oportunidade de reencontrar pessoas com quem compartilhamos ações bastante pioneiras ao longo desses dez anos. Agradecemos muito a confiança com que responderam ao nosso convite e o empenho com que participaram da consulta. A riqueza de idéias, propostas e metas presentes neste relatório é a prova disso.

Nós da **REDEH**, esperamos que este processo seja de fato uma oportunidade para a retomada do espírito que marcou a participação das mulheres na ECO-92, caracterizado pelo entusiasmo e pela confiança no valor de nossa contribuição para a transformação do planeta através da construção de relações mais saudáveis com o meio ambiente e entre os humanos.

Thais Corral
Schuma Schumacher
demais integrantes da **equipe da REDEH**



1. SUMÁRIO EXECUTIVO

Emersas da política balizada por temas considerados do universo feminino tais como direitos reprodutivos, combate à violência sexual e doméstica e reconhecimento pela carga do trabalho domiciliar, as mulheres inauguraram na Rio 92 a participação de forma organizada na política global mais ampla. Esse passo foi dado através de uma estratégia cuidadosamente desenhada que resultou na formação de uma coalizão ampla de lideranças mundiais comprometidas com a equidade de gênero e na elaboração de uma plataforma de ação que recebeu o nome de **Agenda 21 de Ação das Mulheres**. A campanha surtiu muitos frutos traduzidos nas mais de 120 recomendações específicas distribuídas nos 40 capítulos que formam a Agenda 21, além de um capítulo que contém metas para ampliar a participação das mulheres no desenvolvimento sustentável, o capítulo 24.

Nas conferências internacionais da ONU que se seguiram à Conferência do Rio, as mulheres usaram estratégias semelhantes e obtiveram resultados muito positivos do ponto de vista da inclusão de recomendações específicas de gênero nos documentos. Houve ao longo desse ciclo, que marcou toda a década de 90, um aproveitamento bastante efetivo em termos da experiência acumulada permitindo que cada conferência representasse um avanço em relação à anterior.

No contexto da Rio + 10 as redes de gênero e desenvolvimento sustentável decidiram resgatar a estratégia que gerou esse movimento, relançando a proposta de uma nova versão da Agenda 21 de Ação das Mulheres 2015 – esta data foi escolhida para coincidir com as metas do milênio da ONU - que tem como propósito estabelecer interfaces entre as diferentes temáticas e estimular convergência na ação política. O marco do desenvolvimento sustentável, em sua essência integradora, representa uma oportunidade para reativar essas conexões. Essa nova agenda vem sendo discutida por lideranças e redes internacionais em reuniões regionais de consulta em todas as partes do mundo. Esse processo de consulta e articulação será conduzido até abril de 2002 quando o documento final será submetido para endosso de redes internacionais de mulheres. A Agenda 21 de Ação das Mulheres 2015, traduzida em várias línguas, será entregue a chefes de estado e a representantes dos diversos setores presentes à Cúpula de Desenvolvimento Sustentável ou Rio + 10 que acontecerá em setembro de 2002 em Joanesburgo, África do Sul.

A reunião de consulta à lideranças brasileiras, com presença latino-americana, aconteceu no Rio de Janeiro nos dias 19 e 20 de outubro de 2001.

Estiveram presentes 270 pessoas, representando 16 Estados do Brasil, além de representantes da, Bolívia, Peru e Uruguai.

O formato escolhidos para a reunião consistiu de um **painel inicial** para o qual foram convidadas lideranças com ampla experiência nas conferências da ONU dos anos 90, começando pela Rio-92; Conferência Mundial de Direitos Humanos (Viena, 1993), Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (Cairo, 1994), IV Conferência Mundial de Mulheres (Beijing, 1995), Conferência Mundial para Desenvolvimento Social (Copenhague, 1995) e Habitat II (Istambul, 1996), Conferência da ONU sobre Segurança Alimentar; Conferência Internacional sobre Educação de Jovens e Adultos (Hamburgo, 1997); Conferência sobre o Racismo (Joanesburgo, 2001). Cada palestrante fez um breve resumo sobre os principais avanços logrados por cada conferência, enfatizando questões estratégicas ainda não implementadas para que as mesmas possam ser encaminhados à Conferência Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável 2002 - a Rio + 10. O formato seqüencial das intervenções permitiu que se acompanhasse a evolução dos direitos humanos e dos direitos das mulheres através desta década. As palestrantes ressaltaram os seguintes pontos:

- O movimento das mulheres como força política protagonizou o processo de expansão do conceito de direitos humanos, além de ter sido uma peça chave no processo de abertura da ONU às ONGs. Esta ação política e de cidadania das mulheres deve ser reforçada continuamente através da luta permanente pelo acesso às instâncias decisórias que definem os “comos”, “quês” e “quandos” da implementação de nossas bandeiras de luta.

- Apesar da conquista de vários direitos políticos, continuamos com menos direitos econômicos e sociais. Apontamos a necessidade de alinhar alianças com outros setores e movimentos sociais na construção e apresentação de propostas de conteúdo universal.

- Foi salientada a importância de estimular pesquisas e dar visibilidade à relação de gênero nos processos migratórios quando ocorrem os debates sobre população e meio ambiente.

- Também recebeu grande destaque a questão do racismo ambiental, já que a poluição e a contaminação afetam especialmente comunidades empobrecidas onde a maioria da população é afrodescendente.

Houve consenso de que algumas questões apesar de muito debatidas ainda estão longe de obterem uma solução:

- a violência contra a mulher e a urgência de pensar novas estratégias
- a cultura política autoritária
- a cultura da impunidade

Alguns temas indicados para ser levantados pelas mulheres para a Rio + 10:

- descentralização, redistribuição do poder
- transparência e governabilidade democrática
- perspectiva de desenvolvimento sustentável
- ética e democracia - poder e participação política das mulheres
- globalização - suas ameaças e possibilidades
- respeito à diversidade.

*As **oficinas de consulta** concentraram-se em torno de oito tópicos da Agenda 21 de Ação das Mulheres pela Paz e por um Planeta Saudável 2015. A saber:*

- 1- Ética e Globalização
- 2- Direitos Humanos e Violência
- 3- Proteção da Biodiversidade e Acesso aos Recursos Naturais
- 4- Saúde e Segurança Ambiental
- 5- População e Desenvolvimento Sustentável
- 6- Cidades Sustentáveis
- 7- Poder e Participação Política
- 8- Inclusão Digital de Gênero, Raça e Etnia

Para cada oficina havia um texto base para ser debatido. Estes textos foram escritos a partir dos documentos iniciais apresentados pelas consultoras do grupo internacional montado para este fim e, aonde possível e necessário, foram acrescentados alguns dados específicos à situação latino-americana.

Cada oficina tinha no mínimo duas facilitadoras encarregadas de “animar” o processo, fornecer informações complementares para fundamentar as discussões e fazer a relatoria à plenária.

É importante ressaltar que praticamente todos os grupos mencionaram os seguintes pontos:

- a inclusão de raça, etnia, classe social e opção sexual em todos os temas.
- a importância da educação e a necessidade de informações qualificadas e acessíveis
- o papel da mídia na construção da imagem da mulher e de uma cultura de paz

Entre as diversas recomendações feitas sobre as temáticas, podemos destacar:

No tema **globalização e ética** houve um grande debate sobre ética, os diversos processos de globalização que estão em curso e a indicação da necessidade de uma crítica mais contundente e decisiva ao processo no documento final, que reflita uma crítica ao seu poder de concentração e de fomentação das desigualdades. Ressaltou-se, ainda, a necessidade de transparência das instituições globais e indicou-se a necessidade de recomendar aos governos que aloquem e garantam os recursos financeiros adequados para que se alcance os objetivos propostos. Também foi indicada a necessidade de análise do processo de globalização e de seus impactos sócio-ambientais e, finalmente, o apoio à criação da taxa Tobin e outros mecanismos para a erradicação da pobreza.

O grupo de **direitos humanos e violência** considerou o documento base excessivamente centrado em temas internacionais, como a questão da guerra, sem dar peso suficiente à questão da violência contra a mulher. Houve um grande destaque para a questão da mídia e da cultura da violência que também se reflete na indústria de brinquedos e entretenimento e a necessidade de promover uma cultura de paz. Outro tema muito debatido foi o do uso da imagem da mulher, o turismo sexual e o tráfico de mulheres. Foi lançada a idéia da promoção de uma campanha mundial pela paz, liderada pelas mulheres.

A oficina de **proteção à biodiversidade** teve como primeira constatação a necessidade de haver mais informações disponíveis e acessíveis sobre o tema. Também foi lembrado que em 1992 não se falava sobre armas químicas e biológicas que hoje estão na ordem do dia. Pediu-se destaque para o papel das mulheres na luta contra a biopirataria.

O tema **cidades sustentáveis** também propiciou a discussão sobre inclusão e exclusão lembrando que 41% das residências chefiadas por mulheres vivem abaixo da linha de pobreza no Brasil. Outra questão levantada foi a falta de dados específicos desagregados por gênero, raça e etnia e a necessidade de tornar o planejamento urbano, como um todo, mais “ambientalizado” e sensível a questão de gênero em todos os programas setoriais facilitando, também, a igualdade de participação entre homens e mulheres nos processos de gestão e nos diversos fóruns multisetoriais (Agendas locais, Conselhos, etc.). Destacou-se a importância da promoção da educação e o papel fundamental das mulheres na mudança dos padrões de consumo das cidades.

O grupo de **saúde e segurança ambiental** começou destacando a necessidade de dar atenção específica ao tema da **segurança alimentar**. Assim, o grupo trabalhou esta questão de forma separada e aparece no relatório como Oficina 4A. Além de destacar que a questão da fome é devida à má distribuição dos alimentos o grupo ressaltou que não se quer apenas comida, mas comida de boa qualidade, sem agrotóxicos e sem manipulação genética. Lembrou, ainda, que as mulheres são responsáveis por 60% da produção de alimentos mas recebem pouca ajuda e incentivos e, além disso, em alguns países por motivos culturais as mulheres se alimentam depois dos homens e a maioria sofre de anemia em decorrência desta prática.

O grupo que debateu a parte relativa à saúde e segurança ambiental destacou a necessidade de haver mais áreas de relevância ambiental protegidas. Nas cidades é importante combater a ocupação ilegal de áreas de risco e promover políticas de saneamento. Também foi levantada a questão do combate ao tabagismo.

O tema **população e desenvolvimento sustentável** destacou dois pontos: complexidade e diversidade e despenalização do aborto. O grupo apresentou as dificuldades para trabalhar gênero na realidade escolar e familiar, rechaçou o uso de termos como “estabilidade demográfica” e demandou o monitoramento das situações de violência sexual, profilaxia de HIV e interrupção da gravidez, destacando a necessidade de aumentar a capacidade de autonomia decisória das mulheres.

A questão do **poder e participação política** foi discutida acaloradamente. Foi enfatizado pelo grupo que apesar de haver hoje toda uma legislação que protege as mulheres, a mesma não garante a eliminação das desigualdades. Foi levantada a necessidade de promover uma cultura de debate e exportar nossas idéias em relação a classe, gênero e etnia como parte de um novo conceito de construção democrática. Foi destacada a necessidade de uma idéia comum sobre o que é desenvolvimento sustentável. A indicação é que devemos recolocar nossos temas históricos junto a outros atores, nos posicionando como sujeito de um mundo que sonhamos.

Por fim, o grupo que tratou do tema **inclusão digital** lembrou que este é um tema recente e colocou como primeira necessidade a capacitação das mulheres não apenas como receptoras mas como produtoras e difusoras de informações e conhecimento. Foi destacado que a exclusão digital afeta mais fortemente determinados segmentos da população e que há necessidade de pesquisas desagregadas por gênero, raça/etnia sobre o assunto.

Quanto às recomendações finais, as que tiveram mais repercussão e apoio foram:

- Marcar uma forte presença das mulheres no Fórum Social Mundial, se possível reeditando a tenda Planeta Fêmea
- Criar uma lista de discussão para o acompanhamento do processo da Rio + 10
- Lançar uma campanha mundial pela paz

O evento contou ainda com uma transmissão ao vivo de rádio feita através da radio móvel FALA MULHER. Em breve trechos das entrevistas feitas na ocasião estarão disponíveis no site do CEMINA: www.cemina.org.br





2. PROGRAMAÇÃO DO EVENTO

Agenda 21

de Ação das Mulheres pela Paz e por um Planeta Saudável
Reunião de Consulta para América Latina

19 DE OUTUBRO

9:00 - 9:30 – **ABERTURA**

Deputado Fábio Feldmann - Secretário Executivo do Fórum de Mudança Climática e Membro da Comissão Interministerial para a Rio + 10

Benedita da Silva - Vice-Governadora do Estado do Rio de Janeiro

Thais Corral - Coordenadora Geral da REDEH e Vice-Presidente da WEDO

Mara de Biasi - Superintendente do IBAM

Renato Cunha - Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento Sustentável

9:30 a 13:00 - **PAINEL**

A Agenda das Mulheres nas Conferências da ONU: Avanços, Retrocessos e Perspectivas

O objetivo deste painel foi estimular e motivar as discussões dos workshops da tarde. O painel foi conduzido em forma de debate, através de perguntas às expositoras a respeito do processo de implementação das plataformas de ação geradas nas Conferências da ONU.

DEBATEDORAS:

Aspásia Camargo - Presidente do Centro Internacional de Desenvolvimento Sustentável e Membro da Comissão Brasileira para o desenvolvimento Sustentável e a Agenda 21

Celita Echer - Secretária Executiva da REPEM - Rede de Educação Popular entre Mulheres

Gina Vargas - Flora Tristan - Peru

Jacqueline Pitanguy - Diretora-Executiva da CEPIA e do Fórum da Sociedade Civil nas Américas

Maria Isabel Baltar - Secretária Executiva da Rede de Saúde

Marlene Fernandez - Coordenadora de Relações Internacionais do IBAM/Representante no Brasil da Habitat II

Sueli Carneiro - GELEDÉS - Instituto da Mulher Negra

Wânia Santanna - Articulação de Mulheres Brasileiras e Conselheira do CNDM

14:00 - 18:00 - **OFICINAS**

Os temas propostos são resultado de um processo internacional de consulta a redes temáticas de mulheres. As oficinas são o espaço de discussão para o encaminhamento de propostas à Agenda 21 de Ação das Mulheres pela Paz e por um Planeta Saudável 2015.

1 - Ética e Globalização

Globalização da economia de mercado e disseminação da cultura do consumismo. Falta de transparência do sistema financeiro e reforma das instituições do sistema Bretton Woods. Impacto das políticas de ajuste fiscal sobre mulheres e crianças.

Facilitadoras:

.Guacira César - Secretária Executiva da Articulação de Mulheres Brasileiras e diretora do CFÊMEA

.Thaís Corral - Coordenadora Geral da REDEH

2 - Direitos Humanos e Violência

O impacto da crescente violência urbana e do tráfico de drogas sobre mulheres, jovens e comunidades. Corrupção e comércio de armas: consequências sociais e ambientais. Turismo sexual. Tráfico de mulheres. O papel das mulheres na construção da paz. Aspectos preventivos. O papel da mídia.

Facilitadoras:

.Analba Brazão Teixeira - Fórum das Mulheres do Rio Grande do Norte

.Sílvia Ramos - Pesquisadora CESEC - Centro de Estudos de Segurança e Cidadania - UCAM

.Rita Andréa - Presidente CEFORH - Amapá

3 - Proteção da Biodiversidade e Acesso aos Recursos Naturais

Preservação dos conhecimentos tradicionais. Disparidade entre ricos e pobres no acesso aos recursos naturais. Marginalização devida à degradação ambiental. Políticas de agricultura, biotecnologia e proteção da biodiversidade.

Facilitadoras:

.Fátima Oliveira – Rede da Saúde/Regional Minas Gerais

.Raquel Bittar - Provida - Tocantins

4 - Saúde e Segurança Ambiental

Pesticidas, poluentes persistentes e alimentos saudáveis. Segurança alimentar, acesso à água e biosegurança. O efeito estufa e a mudança climática. A camada de ozônio. Resíduos perigosos. Energia nuclear. Refugiados ambientais.

Facilitadoras:

.Moema Viezzer – Rede Mulher de Educação

.Berenice Cordeiro - Engenheira sanitária. Ministério Público do Rio de Janeiro

5 - População e Desenvolvimento Sustentável

Direitos reprodutivos, políticas de população e saúde. Fluxos migratórios. Análise da questão população e meio ambiente. Análise de raça e etnia nas variáveis demográficas.

Facilitadoras:

.Ângela Arruda - Professora de Psicologia Social - UFRJ

.Lúcia Souto – Médica Sanitarista, Assessora FIOCRUZ - RJ

6 - Cidades Sustentáveis

Participação das mulheres no processo de planejamento urbano. Informação desagregada por gênero para o planejamento. Transporte e moradia. Serviços de atendimento a crianças e idosos. Fortalecimento do papel das mulheres nos processos de Agenda 21 Local.

Facilitadoras:

.Ana Lúcia de la Rovere – Superintendente de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente – IBAM

.Ana Maria Batista - Coordenadora do Fórum da Agenda 21 Local do Rio de Janeiro

7 - Poder e Participação Política

O acesso à informação. Participação no planejamento de políticas públicas. Sistema de cotas eleitorais. Fortalecimento das ferramentas de comunicação e de estratégias de capacitação. Equilíbrio de gênero: da retórica ao poder de decidir.

Facilitadoras:

.**Ângela Freitas** - Articulação de Mulheres Brasileiras

.**Lílian Celiberti** - Cotidiano Mujer - Uruguai

8- Inclusão Digital de Gênero, Raça e Etnia

O combate a exclusão digital, grupos sociais mais afetados. A questão do acesso às tecnologias da informação: conectividade, capacitação e conteúdo. A difusão da educação ambiental e de gênero através da Internet. Perspectivas, oportunidades e desafios.

Facilitadoras:

.**Denise Arcoverde** - Coordenadora do Grupo Origem/PE

.**Kátia Oliveira** – Programa Sociedade da Informação

.**Graciela Selaimen** – Coordenadora de Comunicação Rede de Informação do Terceiro Setor.

Dia 20 de Outubro

Programa de rádio com entrevistas com as participantes animado por Mara Régia (Rede de Mulheres no Rádio), Denise Viola e Fábio ACM (CEMINA)

09:00 – 11:30 – Plenária

Apresentação dos resultados/propostas das oficinas pelas facilitadoras

Coordenação da mesa - **Schuma Schumaker** - REDEH

12:00 – 13:30 – Encaminhamento das sugestões a serem incluídas na Agenda 21 de Ação das Mulheres pela Paz e por um Planeta Saudável 2015.





3. RESUMO DOS COMENTÁRIOS PROFERIDOS NA MESA DE ABERTURA

THAIS CORRAL - COORDENADORA GERAL DA REDEH E VICE-PRESIDENTE DA WEDO

A Conferência Rio + 10, que acontecerá em Joanesburgo em setembro do ano que vem, é o momento de resgatarmos o espírito da Rio 92, de recuperarmos a esperança e a confiança em nós mesmos. Confiança de que somos capazes de superar os desafios da destruição do meio ambiente, da pobreza, dos conflitos, da impossibilidade de conviver com as diferenças.

Quero agradecer a presença de tanta gente, que está aqui manifestando generosidade e demonstrando que somos nós, como indivíduos, em nossos espaços cotidianos, que podemos contribuir para a construção de um mundo melhor. Criando redes e somando os esforços que podem, juntos, trazer as mudanças que tanto desejamos.

Fábio Feldman - Secretário Executivo do Fórum de Mudança Climática e Representante do Ministério do Meio Ambiente no Conselho Interministerial do Governo Brasileiro para Rio+10

O Ministério do Meio Ambiente está organizando a contribuição brasileira para a Rio + 10 e para isto conta com a participação da sociedade civil. Espera-se que o processo seja uma nova chance para que a comunidade global reveja seus compromissos e o sucesso da Conferência depende da mobilização e da participação de atores de todo o mundo. Hoje questionamos os resultados da Rio 92, sabemos que não avançamos o quanto queríamos e ainda não sabemos como resgatar a importância daquele evento. Há um grande ceticismo em relação à Rio + 10 — é uma Conferência sem nome, sem processo preparatório, apesar de que talvez seja a única conferência da ONU a se realizar em 2002.

Nestes dez anos que se passaram a globalização e a Internet provocaram uma grande revolução no mundo. Devemos aproveitar esses fenômenos para gerar a mobilização necessária ao sucesso desta Conferência e o Brasil tem que participar deste esforço. Apesar de todas as dificuldades, estamos avançando no processo de Agenda 21, ainda que enfrentando resistências, problemas e retrocessos, como os que ocorrem hoje no Congresso e em algumas Assembléias Legislativas.

Queremos uma parceria com a REDEH para saber como as mulheres estão se articulando para realizar a sua Agenda, as mulheres poderiam criar um nome para a Conferência, e com certeza podem alavancar uma maior participação da sociedade civil. A Conferência não pode ser dos diplomatas burocratas — se deixarmos isto acontecer daqui a dez anos estaremos nos lamentando.

MARA DI BIASI - SUPERINTENDENTE DO IBAM

O IBAM (Instituto Brasileiro de Administração Municipal), lugar onde foi realizado a reunião de consulta, é uma casa que sempre lutou pelos ideais da democracia e da cidadania. É com prazer que vejo aqui tanta gente reunida, são os frutos do trabalho desenvolvido por todos nós e da parceria que construímos. Parceria não só com a REDEH mas com todas as mulheres que desenvolvem um trabalho consistente e com futuro. Nossa casa é voltada para a cidadania e espero que estar aqui inspire vocês.

RENATO CUNHA - MEMBRO DA COORDENAÇÃO DO FÓRUM BRASILEIRO DE ONGS E MOVIMENTOS SOCIAIS PARA O MEIO AMBIENTE E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O Fórum das ONGs foi criado durante o processo preparatório da Rio 92 mas depois da Rio + 5 (reunião da ONU que avaliou avanços e retrocessos 5 anos depois) o movimento se enfraqueceu e deixou de ser uma referência. Agora precisamos nos rearticular e a Rio + 10 nos dá a oportunidade de refazer o pacto surgido da mobilização de 10 anos atrás. Realizamos recentemente a 15ª reunião do Fórum das ONGs que participará da Comissão Interministerial com o compromisso de que o relatório apresentado pelo Brasil terá a contribuição da sociedade. Precisamos aproveitar este momento para repensar no Brasil a questão das florestas, da energia, da mudança climática e tantas outras. Neste momento de rearticulação do Fórum, a participação das mulheres é muito importante e contamos com vocês para o nosso trabalho.

BENEDITA DA SILVA - VICE-GOVERNADORA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Passaram-se dez anos e vejo aqui mulheres e homens valorosos que estiveram conosco na Rio 92, exemplos de mulheres destemidas que nos dão a oportunidade de participar de um Fórum desta natureza. Neste momento nós todas também estamos pensando na luta contra o terror, somos mulheres que precisamos de um planeta saudável - americanas, afegãs, paquistanesas, brasileiras. Penso no medo e no terror mas penso sobretudo na esperança e na paz.

Rebecca Cook dizia que nos dias que correm precisamos tanto de pessoas capazes de reconhecer as árvores especificamente como de pessoas que possam ver a floresta inteira - e estas pessoas precisam estar em contato entre si, se comunicando. É fundamental apostar no diálogo e na construção deste espaço de interseção entre visões de mundo tão distintas.

Estamos nos preparativos da Rio + 10 mas é no exercício cotidiano de nossos compromissos com a humanidade que podemos ter a convicção de que não estamos sozinhas. Coletivamente podemos fazer acontecer o que buscamos - um mundo saudável para todas as pessoas.



Da esquerda para a direita: Fábio Feldman, Thais Corral, Benedita da Silva, Mara Di Biasi e Renato Cunha



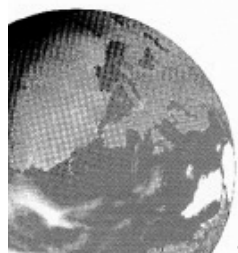
4. RESUMO DAS CONFERÊNCIAS DA ONU, COMENTÁRIOS E RECOMENDAÇÕES DAS PALESTRANTES

PAINEL: A AGENDA DAS MULHERES NAS CONFERÊNCIAS DA ONU: AVANÇOS, RETROCESSOS E PERSPECTIVAS

O objetivo deste painel era estimular e motivar as discussões das oficinas, rever os avanços das conferências da ONU dos anos 90 e levantar propostas estratégicas das mulheres para esta nova Agenda.

As Conferências e Cúpulas da década de 90 e suas respectivas revisões de 5 anos, foram cruciais para o crescimento da conscientização de gênero no mundo, já que tiveram o efeito cumulativo de colocar a questão de gênero no centro do discurso internacional em processos decisórios relativos ao meio ambiente, população, direitos humanos, segurança alimentar e desenvolvimento social.

Às expositoras foi pedido um balanço sobre as principais conquistas alcançadas nas Conferências em relação a questão de gênero e solicitada a sugestão sobre a estratégia a ser destacada pelas mulheres na Rio + 10.



Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento - Rio 1992

A Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (**ECO 92**), no Rio de Janeiro, em 1992, foi um evento de grande relevância para a causa das mulheres. Nossa participação no processo mostrou a eficiência da nossa estratégia de mobilização e articulação em redes e tornou público o fato de que a inclusão da experiência e visão das mulheres nos processos decisórios, é fundamental para que se alcance o desenvolvimento sustentável. Essa visão está traduzida nas mais de 120 recomendações contidas em todo o documento da Agenda 21, a Plataforma de Ação do Desenvolvimento Sustentável, adotada por Chefes de Estado de 179 países. Mais especificamente, no capítulo 24, que congrega um conjunto de recomendações, mecanismos e metas para integrar as mulheres e a questão de gênero em todos os níveis de governo e nas atividades correlatas de todas as agências da ONU.

Em 1997, na sessão especial para revisão e avaliação da implementação da Declaração do Rio e da Agenda 21, a Assembléia Geral reiterou a necessidade de parcerias globais para alcançar as metas estipuladas na Declaração do Rio e na Agenda 21. O Programa adotado durante a assembléia especial enfatizou a necessidade de ampliar os esforços para aumentar a participação igualitária da mulher no desenvolvimento econômico, social e político, bem como em todos os setores da economia, nos processos decisórios, e nas áreas da ciência e tecnologia, áreas fundamentais para que se avance no desenvolvimento sustentável.



Comentários de Aspásia Camargo:

Infelizmente, aquele espírito da Rio 92 não está mais no coração de ninguém. Hoje estamos em um mundo violento e virulento e as mulheres estão se sentindo impotentes para enfrentar esta agressividade. Nós, mulheres, estamos pagando esta conta. Depois das bombas ficam a fome e a desesperança e são as mulheres e as crianças que mais sofrem.

O desencanto agora se dramatizou. Há tempos sentimos este efeito de fadiga. O compromisso com a mudança foi tão forte, no Congresso de Miami, no Planeta Fêmea, que agora temos um cansaço generalizado.



O sistema trabalha achando que tudo isso passa, que todas as críticas geradas pela Rio 92 serão esquecidas, que éramos loucas atrás de uma utopia. É verdade que a Agenda 21 não avançou muito: só podemos destacar a área empresarial e as Agendas Locais. No Brasil houve avanços no acesso à terra. Mas é muito pouco para mudar o sistema. Precisamos reconhecer que o movimento como um todo se fragmentou.

No entanto podemos identificar pontos nos quais as mulheres cresceram. Hoje estamos mais legitimadas como grupo social, mais sólidas, estamos representadas nas conferências internacionais.

Mas ainda assim precisamos ficar atentas. Precisamos rever o sistema de cotas que não está funcionando como deveria. Ainda temos muitas dificuldades para nos eleger, não temos dinheiro para financiar campanhas. Hoje no Brasil as mulheres só se elegem quando são filhas ou esposas de políticos famosos. As mulheres deveriam financiar as campanhas eleitorais de mulheres.

E precisamos refletir sobre o preço que pagamos para entrar no *establishment*. No Brasil não temos nenhuma Ministra, mas nas Agendas Locais são sempre mulheres que estão à frente. Precisamos fortalecer a capacidade políticas das mulheres e da cidadania de gênero, precisamos estabelecer a nossa pauta de mudanças e assumir a liderança pela paz.



Conferência Mundial dos Direitos Humanos - Viena 1993

A Conferência Mundial dos Direitos Humanos assumiu a necessidade de tomar medidas de combate à todas as formas de discriminação e violência contra a mulher. Reafirmou os direitos humanos da mulher e da menina como inalienáveis, integrais, universais e indivisíveis. O objetivo prioritário da Conferência foi identificado como a participação plena e igualitária das mulheres na vida civil, econômica, social e cultural.

Violência de gênero e todas as formas de abuso sexual e exploração, incluindo as resultantes de preconceitos e tráfico de mulheres, foram definidas como incompatíveis com a dignidade e valor da pessoa humana.

A violência contra a mulher em situações de conflito armado, particularmente assassinatos, estupros sistemáticos, escravidão sexual e gravidez forçada, foram identificados como violações aos princípios fundamentais dos direitos humanos internacionais e da lei humanitária.

A Conferência demandou à comunidade internacional, aos governos e a sociedade civil que intensificassem os seus esforços na proteção e promoção dos direitos humanos da mulher e da menina. Enfatizou a necessidade de ação coletiva para a eliminação de todas as formas de violência cometidas contra a mulher nas esferas da vida pública e privada.

Comentários de Jacqueline Pitanguy:

Precisamos sempre pensar que a alegria é possível e que são estes momentos de confraternização e articulação política que dão força ao nosso movimento.

A Declaração dos Direitos Humanos reflete o momento histórico pós II Guerra — e é a nossa referência básica apesar de ainda calcada em uma figura abstrata de homem.

A linguagem dos direitos humanos se escreve com a ação política. O movimento de mulheres está numa arena política e somos protagonistas do processo de expansão do conceito de direitos humanos. Apesar de haver um consenso de que os seres humanos, por serem humanos, têm direitos, parece que algumas pessoas são mais humanas, há cidadãos de 1ª e de 2ª categoria. A história da humanidade mostra que a idéia de cidadania se dá com critérios de exclusão — quem é e quem não é cidadão. O que traz esperança é ver este mapa ser constantemente reconfigurado pela ação dos movimentos sociais.

O avanço das mulheres na Rio 92 mostra a entrada de uma nova dimensão da vida nos direitos humanos. Abrimos as pesadas portas da ONU para a participação das ONGs e a negociação política da Rio 92 marca este passo fundamental.

Mas é preciso reconhecer que nada avança no plano internacional se as posições tomadas pelos governos estão em contradição com a legislação nacional. Aqui, as mulheres alcançaram diversas conquistas em muitas áreas com a nova Constituição e isto garante que o Brasil possa avançar nas conferências internacionais. As mulheres brasileiras têm trabalhado muito bem.



IV Conferência Mundial sobre População e Desenvolvimento Cairo 1994

O Programa de Ação da Conferência recomenda que os Estados membros garantam: a) participação e representação igualitária da mulher em processos políticos; b) melhoria na educação, emprego e habilidades das mulheres; e c) eliminação de todas as formas de práticas discriminatórias que impedem o acesso das mulheres ao emprego, recursos e segurança social.

A Conferência também detectou a questão da discriminação de gênero dentro da família, refletida na ampla preferência por filhos e no tratamento diferenciado de filhos e filhas desde o princípio da vida. Aos governos foram solicitadas medidas que previnam a mutilação genital feminina, a seleção pré-natal, o uso de meninas na prostituição e a realização de casamentos sem o consentimento da noiva.

O Plano de Ação Mundial para a População representa um avanço na medida em que condena a coerção nos programas de controle populacional, isso graças às organizações de mulheres que denunciaram programas de esterilização compulsória, e que fizeram *lobby* pelo acesso ao aborto e à contracepção seguros. A Conferência colaborou para que se tornasse público o sofrimento de milhares de mulheres que morrem vítimas do aborto ou da falta de acesso a serviços de saúde que lhes permitam exercer o direito humano essencial de optar pela maternidade.

Os direitos reprodutivos, assim como a igualdade de gênero, o empoderamento (*empowerment*) e a eliminação da violência contra a mulher, foram caracterizados como fundamentais em todo e qualquer programa integrado de população e desenvolvimento. O Programa de Ação foi mais além ao focar o papel e as responsabilidades do homem no planejamento familiar, no cuidado das crianças e nas tarefas domésticas. Ao fazer isso, criou um espaço para a transformação das relações de gênero e das identidades masculinas e femininas.

Na sessão especial para revisão e avaliação da Plataforma de Ação, realizada em 1999, a Assembléia Geral, *inter alia*, enfatizou a igualdade de gênero, o empoderamento (*empowerment*) feminino, incluindo a promoção e proteção dos direitos humanos da mulher. A Assembléia Geral também reconheceu o combate à mortalidade materna e morbidade como prioridades na saúde pública e chamou para a inclusão da perspectiva de gênero em todos os programas e políticas.



Comentários de Maria Isabel Baltar:

Sendo uma Conferência de População, é importante ressaltar que ela tratou, com ênfase, questões no âmbito da dinâmica demográfica ou seja, temas referentes à fecundidade, à natalidade, à morbidade e à migração.

Seguindo estes eixos dos elementos da dinâmica da população, gostaria de registrar para a discussão da Agenda das Mulheres duas questões: uma, em torno da fecundidade - os nossos conhecidos direitos reprodutivos e outra, em torno do relacionamento entre migração e gênero, tema ainda hoje pouco trabalhado.

A Conferência de População avançou ao incluir em seu documento final o conceito de direitos reprodutivos. Trabalhou com a idéia de direito referente à procriação de modo bem mais abrangente do que se contava na Agenda 21 (item G, Capítulo 24).

Para destacar esta abrangência, salientaria:

- a referência explícita à decisão de reprodução livre de discriminação, coerção ou violência ou seja, claramente contrária a qualquer política populacional coercitiva.
- a preocupação manifestada com a sexualidade e com a saúde sexual.
- e, ainda, a preocupação com a promoção de um relacionamento equitativo do ponto de vista de gênero.

O conceito de direitos reprodutivos da Conferência de População e Desenvolvimento passou a ser uma referência para as demais conferências das Nações Unidas da década de 90 e este conceito deve ser considerado na Agenda 21 + 10. Devemos ir mais adiante do que conseguimos chegar na Conferência de População, buscando incluir,

também, o conceito de direitos sexuais, em uma sociedade que garanta condições políticas, econômicas e sociais para que possam ser exercidos.

O segundo ponto a ser examinado no âmbito da demografia é o tema migração e gênero. Neste caso, principalmente, para salientar como uma importante área em relação à qual devem ser estimuladas pesquisas.

Analisando o documento da Conferência, a geógrafa Sônia Callió diz que o capítulo X, dedicado à migração internacional, peca pela falta de uma análise global de gênero que inclua as mulheres como indivíduos atuantes. Pensar que as migrações continuam sendo um fenômeno masculino é ocultar o fato de que as mulheres migram cada vez mais. Há uma invisibilidade da relação entre processo migratório e gênero no âmbito dos estudos demográficos.

Fica o alerta para a importância de dar visibilidade não somente à relação migração / gênero, como também à relação meio ambiente e migração/gênero.



Cúpula de Desenvolvimento Social – Copenhague 1995

A Declaração de Copenhague da Cúpula de Desenvolvimento Social constatou que as mulheres são as mais atingidas pelos efeitos da pobreza, do desemprego, da degradação ambiental e da guerra. Enfatizou que, o desenvolvimento social e econômico não pode ser sustentado sem a participação integral da mulher, nesse sentido, a igualdade e equidade entre mulheres e homens deve ser uma questão prioritária na agenda de desenvolvimento econômico e social.

Ao chamar a atenção para o crescimento da pobreza num mundo de abundância, a Cúpula focou nos desafios impostos pela nova ordem econômica mundial e suas implicações para a paz e a segurança da humanidade. A pobreza da mulher, em particular, foi reconhecida como uma característica em evidência tanto nos países em desenvolvimento quanto nos países desenvolvidos. Ao reconhecer a importância dos problemas enfrentados pela população feminina, a Cúpula demandou novas estratégias para fortalecer o papel das mulheres em todos as esferas da vida civil, econômica e cultural.

Comentários de Wânia Santanna:

Esta foi uma Conferência diferente, com um processo de mobilização de outra natureza, menos participativo do que a Conferência de População e Desenvolvimento que contou com uma intensa participação feminina. Foi realizada no mesmo ano que Beijing dificultando um acompanhamento das duas.

No processo de implementação de seus resultados, houve um crescente envolvimento das organizações de mulheres na temática da Conferência cabe ressaltar a articulação mundial, com uma importante participação do Brasil através do Observatório da Cidadania que está se responsabilizando por monitorar esta Conferência e conta com a participação cada vez maior das organizações de mulheres. Mas como a ação política das mulheres pode influenciar o acompanhamento desta Conferência? Temos os instrumentos adequados para monitorar resultados? Como fazer a “*accountability*” e como a sociedade civil pode agir?

As questões são pobreza, educação, acesso a instâncias de decisão e acesso a emprego. Na Conferência houve consenso que as mulheres são mais pobres entre os pobres. Sabemos que o acesso à educação promove a saída da pobreza de forma mais sustentável. Mas como alocar os recursos e definir que tipo de educação deve ser promovida? É importante debater o acesso às instâncias decisórias — não só os mecanismos institucionais mas também os específicos (Conselhos e delegacias, por exemplo). Mas quando o poder está efetivamente disposto a nos dar voz na decisão das políticas? — a decidir o como, o o quê e o quando?

O poder de definir o que é trabalho remunerado, não remunerado, voluntário, por exemplo. E o lazer? Definir o que é pobreza, o que é riqueza. Qual a informação, qual o treinamento, para fazer o quê? Precisamos definir o conteúdo do que vai ser discutido aqui e na Conferência.



IV Conferência Mundial da Mulher - Pequim 1995

A IV Conferência Mundial da Mulher foi o maior encontro de oficiais de governo e representantes de ONGs já realizado. Na Conferência oficial em Pequim, as delegações dos 189 governos tiveram 6.000 participantes, enquanto outros 4.000 participantes representaram ONGs, somando-os aos representantes da mídia e aos oficiais da ONU, o número de participantes chegou a 17.000. O Fórum de ONGs paralelo atraiu 30.000 participantes do mundo todo.

A Conferência adotou a Declaração de Pequim e a Plataforma de Ação. A Plataforma de Ação sustenta a Convenção da Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher e edifica sobre as Estratégias de Nairóbi para o Avanço das Mulheres. A Plataforma de Ação se define como uma agenda para o empoderamento (*empowerment*) da mulher, com 12 áreas críticas de interesse. Em última instância, o seu sucesso vai depender de um forte comprometimento por parte dos governos, das organizações internacionais e das instituições em todos os níveis, bem como da mobilização de recursos adequados.

As áreas críticas identificadas na Plataforma de Ação são: mulher e pobreza; educação e capacitação da mulher; mulher e saúde; violência contra a mulher; a mulher e o conflito armado; a mulher e a economia; a mulher no poder e nos processos decisórios; mecanismos institucionais para o avanço da mulher; direitos humanos da mulher; a mulher e a mídia; a mulher e o meio ambiente; e a menina. Ao aderir a Plataforma de Ação, 189 governos se comprometeram em implementar as ações propostas.

A Plataforma de Ação demanda que, todas as partes do sistema das Nações Unidas monitore a sua implementação pelos Estados membros e, que a perspectiva de gênero seja incorporada em todas as políticas e programas das Nações Unidas.

A Declaração reconhece que a situação das mulheres experimentou avanços importantes na última década, embora não homogêneos, persistindo as desigualdades entre mulheres e homens, o que constitui um obstáculo importante para o bem-estar de todos os povos.

Os governos destacaram que se comprometem, sem reservas, a combater essas limitações, reconhecendo que os direitos das mulheres são direitos consagrados internacionalmente. Nesse sentido, reafirmaram a necessidade de garantir a plena aplicação dos direitos humanos das mulheres e meninas como parte inalienável, integral e indivisível de todos os direitos e liberdades fundamentais, estabelecendo o direito de todas as mulheres a decidir de forma consciente, com base em suas crenças e aspirações.

Comentários de Gina Vargas:

O processo desta Conferência teve muitas ambivalências e coincidiu com grandes mudanças. Depois do 11 de setembro entramos em nova época e só agora estamos começando a entender o quanto mudamos nas últimas décadas e o quanto mudaram as nossas expectativas de futuro.

A Rio 92 inaugurou uma nova relação entre Estado e sociedade civil e saímos todas com uma nova visão de maior equidade entre gêneros como um aspecto fundamental da sustentabilidade e da ética do desenvolvimento. E cada uma das conferências que se seguiram deixaram agendas que alimentaram a Plataforma de Ação de Beijing.

Beijing + 5 foi parecida com a Rio + 5. Na Rio + 5 vimos que as mudanças não tinham sido suficientes para superar a pobreza nem para alcançar a equidade. Saímos de Beijing nos sentindo vitoriosas e em sua revisão sentimos os enormes problemas que enfrentamos e as dificuldades de manter os avanços conquistados.

A cultura do processo de Beijing (Estado / sociedade civil / legislação) hoje está presente em muitos países e tem dado resultados apesar de ainda faltar muito a ser alcançado. Mas precisamos analisar alguns dos riscos contidos neste processo.

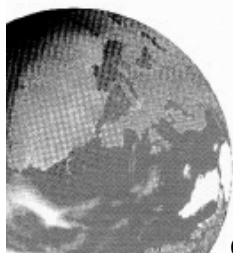
Foi esquecido que apesar de ser preciso uma agenda compartilhada entre Estado e sociedade para garantir os direitos das mulheres, esta agenda não é a mesma da sociedade civil, não esgota as agendas autônomas dos movimentos e não se deve confundí-las. Foram conquistados direitos políticos mas continuávamos sem direitos econômicos e sociais. Não adianta uma lei de cotas sem uma lei que garanta o direito ao aborto; não há igualdade sem garantias, nem cidadania sem democracia.

Se o modelo atual está gerando inequidade e insatisfações que levam ao ódio e a eventos como os de 11 de setembro e a respostas como a de Bush, qual parte nos toca? É claro que não tenho a resposta, mas percebo tendências novas que nos dão pistas de um planeta polarizado, ameaçado e assustado com o “outro”, a “outra”. Estas mesmas tendências nos abrem a possibilidade de assumir a diversidade, de avançar na luta pela democratização das relações de gênero, alimentar a luta anti-racista, anti-homofóbica e lutar pela justiça econômica e social.

Precisamos reativar a dinâmica dos movimentos, recuperando diferentes temas, visões e o reconhecimento da diversidade. Não só na vida das mulheres mas também em sua estreita relação com as características multiculturais, pluriétnicas de nossas sociedades. Temos que recuperar as convicções que alimentaram nossas lutas e assim recuperar a possibilidade de construir um futuro diferente, um mundo diferente, sustentado pelo reconhecimento do/ a outro/a. Isto implica na criação de alianças com outros setores e movimentos sociais para construir propostas de conteúdo universal contra as discriminações específicas que enfrentamos.

As interrogações que ainda ficam frente as nossas lutas históricas são: a violência contra a mulher e a urgência de pensar novas estratégias, a cultura política autoritária, a cultura da impunidade.

Destaco alguns temas que devemos levar para a Rio + 10 como: descentralização, redistribuição do poder; transparência e governabilidade democrática; perspectiva de desenvolvimento sustentável; ética e democracia - poder e participação política das mulheres; globalização - suas ameaças e possibilidades e a diversidade.



Assentamentos Humanos - Habitat II - Istambul 1996

Assim como a Cúpula Urbana, o Habitat II lidou com dois temas centrais: “Assentamentos humanos sustentáveis num mundo urbanizado” e “abrigo adequado para todos”. A Conferência foi realizada numa parceria entre órgãos das Nações Unidas, governos, autoridades locais, agências municipais, profissionais (liberais) e pesquisadores, o setor privado, organizações privadas sem fins lucrativos, ONGs, organizações comunitárias, sindicatos e parlamentares. o Caucus das Mulheres, um dos grupos de *lobby* mais organizados no Habitat II, monitorou a inclusão da perspectiva de gênero em todos os documentos finais e a garantia de proteção dos ganhos conquistados em Pequim.



Comentários de Marlene Fernandes:

A Agenda Habitat trata de inúmeros aspectos que interessam às mulheres e menciona seus direitos nos seguintes parágrafos:

-61 (b) - assegurar a segurança legal de posse e o igual acesso à terra para todos, incluindo as mulheres...

-72 (e) - fazer reformas legislativas e administrativas para dar às mulheres o pleno e igual acesso aos recursos econômicos, incluindo o direito à herança e a propriedade de terra e outras propriedades.

-74 (b) - facilitar o diálogo regular e a participação de gênero dos vários atores envolvidos na produção da habitação...

Assim, as questões referentes ao acesso à terra e à propriedade urbana e a garantia do direito à moradia adequada para todos - homens e mulheres - são centrais para o objetivo de promover assentamentos humanos sustentáveis. Por outro lado, a disponibilidade dos serviços urbanos básicos também é uma questão chave, uma vez que sem eles a moradia não será adequada.

Sem resolver os problemas apontados, o desenvolvimento sustentável estará comprometido pelos impactos negativos no meio ambiente provocados pelo crescimento da informalidade urbana, ocupação de áreas sujeitas a riscos ambientais e degradação ambiental provocada pela ausência dos serviços de saneamento básico.



Cúpula da Alimentação - Roma 1996

A Cúpula da Alimentação reconheceu o papel decisivo que a mulher tem na economia do lar e na segurança alimentar nacional, e que as mulheres são imprescindíveis para a eliminação da pobreza. A Declaração de Roma sobre Segurança Alimentar Mundial e o Plano de Ação da Cúpula de Alimentação demandou dos Governos “que assegurem um ambiente político, social e econômico que promova condições melhores para a erradicação da pobreza e para a paz duradoura, baseado na participação igualitária de mulheres e homens, que é o mais indicado para alcançar segurança alimentar sustentável para todos”. Para atingir essa meta, os governos se comprometeram a promover igualdade de gênero e empoderamento de mulheres através de vários meios; a) implementando compromissos realizados na IV Conferência da Mulher; b) incluindo a perspectiva de gênero em todas as políticas e programas; c) garantido o acesso igual à todos os serviços e recursos produtivos; d) melhorando a coleta, disseminação e uso de dados desagregados por sexo na agricultura, pesca, e no desenvolvimento florestal e rural; e) coletando informação sobre o conhecimento e habilidades tradicionais das mulheres em agricultura, pesca, gerenciamento florestal e de recursos naturais.

Comentários de Moema Viezzer:

Segundo a FAO (Fundo das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação), existem no mundo 800 milhões de pessoas famintas e 2,4 bilhões de mal nutridos. Mas com a produção atual de alimentos, cada pessoa no mundo poderia comer todos os dias: 1,7 kg de cereais, feijões e nozes, 200 g de carne, leite e ovos, e 0,5 kg de frutas e vegetais. A FAO aponta a marginalização de 1,3 bilhão de agricultores e suas famílias como a principal causa da fome e da má distribuição dos alimentos. Além disso, temos que considerar que há insegurança alimentar relacionada à qualidade dos alimentos, que atinge a todos independentemente da condição social ou do país em que vive.

Brasil é o terceiro maior consumidor de agrotóxicos do mundo e, segundo a OMS para cada caso registrado de intoxicação por agrotóxicos, existem outros 50 que passam despercebidos. Os agrotóxicos provocam efeitos nocivos sobre a saúde humana e, nas mulheres, causam abortos, má formação dos fetos e diversos tipos de câncer.

Os sistemas agroecológicos têm proporcionado grandes aumentos de produtividade em todo o mundo. Há 89 estudos de caso que atestam a produtividade dos cultivos orgânicos em grandes projetos de desenvolvimento, envolvendo milhões de agricultores em todo o mundo. Apesar disso, os cultivos sem uso de agrotóxicos contribuem com apenas 2% da produção agrícola brasileira.



Conferência Mundial de Educação de Adultos - CONFITEA V Hamburgo 1997

A Declaração de Hamburgo sobre educação de Adultos e a Agenda para o Futuro não só refletiu as preocupações específicas das mulheres no que diz respeito a educação como também incorporou a perspectiva de gênero na educação de adultos, através da defesa da justiça de gênero na aprendizagem.

Na Conferência ficou evidente a necessidade de abordar a ainda existente marginalização das mulheres através dos seguintes temas: a) a representação e o acesso igualitário a educação; b) uma pedagogia participativa sensível a gênero; c) os efeitos adversos da violência sexual; d) a globalização e o ajuste estrutural; e) a promoção das organizações de mulheres. E de assegurar que seja incluída a perspectiva de gênero em todos as áreas como um tema transversal.

A justiça de gênero na aprendizagem é um projeto dirigido tanto aos homens quanto as mulheres. Ficou constatado que enquanto algumas iniciativas de capacitação feminina contribuíram de fato para a emancipação feminina, outras reproduziram e reforçaram as desigualdades e os estereótipos de gênero, ficando evidente que não se trata apenas de acesso mas também de conteúdo do que se ensina aos homens e as mulheres. Um dos resultados mais importantes da Conferência foi incitar as oportunidades de aprendizado para mulher paralelamente a sensibilização de homens e mulheres para a questão de gênero.

A questão chave na educação de pessoas adultas que deveria estar incluída na Agenda de Ação das Mulheres 2002 é o direito à educação com justiça de gênero a vida inteira. Outra questão que me parece importante é a proposta de interseccionalidade debatida na Conferência sobre o Racismo. Uma educação que permita abordar a complexidade de todos os temas nos quais estamos imersas deve responder à necessidade de desenvolver a capacidade de resposta diante de novas situações.

O Informe Delors, de 96, nos propõe a aprender a aprender com quatro pilares básicos: aprender a conhecer, apreender a ser, aprender a fazer e aprender a viver juntos. Esta proposta pretende nos ajudar a compreender que estamos em um mundo complexo, global, múltiplo e diverso.

O documento da UNESCO preparado por Edgar Morin nos fala dos sete saberes necessários para a educação do futuro:

- ensinar os princípios de um conhecimento pertinente, capaz de abordar os problemas globais e fundamentais de modo que possam se inscrever nos conhecimentos parciais e locais.

- ensinar a condição humana, a unidade complexa da natureza humana (bio/psico/social/histórica/ cultural) que está desintegrada na educação e mostrar o vínculo indissolúvel entre a unidade e a diversidade de tudo o que é humano.

- ensinar a identidade terrena - mostrar que todos os seres humanos enfrentam os mesmos problemas de vida e morte e vivem em uma mesma comunidade de destino.

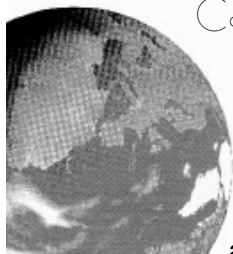
- ensinar a enfrentar as incertezas - ensinar os princípios de estratégia que permitam enfrentar os riscos, o inesperado, o incerto e a mudar sua evolução devido à informação adquirida no caminho. É preciso aprender a navegar em um oceano de incertezas através de arquipélagos de certezas.

- ensinar a compreender - a compreensão mútua entre os seres humanos, tanto os próximos quanto os estranhos e estudar as raízes da incompreensão para entender as causas do racismo e da xenofobia.

- ensinar a ética do gênero humano - promover a educação para a cidadania definitiva para que possamos exercer nossos direitos sem cometer desatinos com o nosso ambiente.

- aprender a exercer os nossos direitos - exigir as ações preventivas e as reparações necessárias.

Na nossa participação na Rio + 10 devemos estar atentas às estratégias, à aprendizagem, ao empoderamento e à articulação do movimento de mulheres.



Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e formas correlatas de Intolerância - Durban 2001

A presença das mulheres nesta Conferência, assim como nos seus processos preparatórios, foi marcante. Embora houvesse a resistência de vários governos de tratar da interseccionalidade das discriminações de gênero e raça que pesam sobre as mulheres, ao final, a Declaração aprovada reafirma que “os Estados têm o dever de proteger e promover os direitos humanos e as liberdades fundamentais de todas as vítimas, e que eles devem adotar a perspectiva de gênero, reconhecendo as múltiplas formas de discriminação que as mulheres enfrentam (...)”

Os países que ficaram até o final da 3ª Conferência Mundial contra o Racismo, assinaram dois documentos finais: a Declaração e o Programa de Ação. Entre outras propostas, o último texto recomenda aos países: aumentar ações e políticas públicas em favor das mulheres e jovens afrodescendentes, dado que o racismo as afetou mais profundamente, colocando-as em desvantagem e numa situação mais marginalizada; adotar políticas públicas e dar impulso aos programas em favor de mulheres e garotas indígenas, com o objetivo de promover seus direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais, colocando um fim em sua situação de desvantagem por razões étnicas e de gênero.

Para o desenvolvimento e avaliação de políticas de combate a discriminação racial e de gênero, os Estados devem coletar, compilar e disseminar dados desagregados por raça e gênero. A interseção entre raça e gênero deve ser considerada na elaboração e revisão de leis e políticas públicas. A perspectiva de gênero deve ser incluída em todos os programas e ações voltados para o combate ao racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância.

Nesta década as mulheres negras brasileiras encontraram caminhos de organização política, soltaram suas vozes, brigaram por espaço e representação e fizeram-se presentes em todos os momentos de importância para o avanço da questão da mulher hoje.

A Conferência de Racismo constituiu um momento especial do crescente protagonismo das mulheres negras brasileiras no combate ao racismo e à discriminação racial, no plano nacional e internacional.

A Conferência reconheceu a problemática específica das mulheres afrodescendentes e as múltiplas formas de discriminação que enfrentam. O artigo 15 do Plano de Ação pede aos Estados que “reforcem medidas e políticas a favor das mulheres e jovens afrodescendentes, tendo presente que o racismo as afeta mais profundamente, colocando-as em situação de maior marginalização e desvantagens.” O parágrafo 16 insta os Estados a “garantirem aos povos africanos e afrodescendentes, em particular a mulheres e crianças, o acesso à educação e às novas tecnologias, oferecendo-lhes recursos suficientes nos estabelecimentos educacionais e nos programas de desenvolvimento tecnológico e de aprendizagem à distância nas comunidades locais, e os insta também a que façam o necessário para que os programas de estudos em todos os níveis incluam o ensino cabal e exato da história e da contribuição dos povos africanos.”

Por fim as mulheres negras levantaram a necessidade de assegurar no documento de Durban metas e mecanismos de monitoramento dos compromissos lá adotados, estabelecendo o ano de 2015 como marco para que sejam atingidas metas de desenvolvimento e de melhoria da qualidade de vida das populações historicamente discriminadas, e sua avaliação e monitoramento através de indicadores de mortalidade infantil, materna, de erradicação do analfabetismo, equidade étnico / racial e de gênero na educação, no acesso aos serviços de saúde, água potável, entre outros.

As mulheres afroamericanas protestaram fortemente contra o racismo ambiental denunciando que a poluição e a contaminação afetam especialmente as comunidades de minorias raciais porque é em suas terras ou bairros que as autoridades permitem instalar indústrias que contaminam o ambiente, ou porque estas são as últimas áreas a receber o benefício do saneamento ambiental. Infelizmente no Brasil ocorre o mesmo, com o agravante de que a maioria da população atingida é afrodescendente. Este conceito e tudo que ele envolve em termos de exclusão a um desenvolvimento sustentável deveria ser a pedra angular das ações das mulheres negras na Rio + 10.



Mesa com as expositoras.



5. RELATO DAS OFICINAS



AGENDA 21 DE AÇÃO DAS MULHERES PELA PAZ E POR UM PLANETA SAUDÁVEL

Os temas propostos são resultado de um processo internacional de consulta a redes temáticas de mulheres. As oficinas foram o espaço de discussão para o encaminhamento de propostas à Agenda 21 de Ação das Mulheres pela Paz e por um Planeta Saudável 2015.

Para a sua realização, foram preparados textos como base para as discussões. Os tópicos foram elaborados de acordo com a versão preliminar do documento Agenda 21 de Ação das Mulheres pela Paz e por um Planeta Saudável 2015, cujo processo de consulta está sendo facilitado pela REDEH (Rede de Desenvolvimento Humano) e a WEDO (Women, Environment and Development Organization).

Os documentos originais foram redigidos por um grupo de consultoras internacional a partir de documentos e propostas debatidos nos últimos dez anos e está sendo disseminado para consulta entre diversas redes internacionais e em reuniões organizadas nas regiões

Para fins da reunião de consulta específica para a América Latina, os textos foram divididos no formato das oficinas e foram extraídos alguns dados sobre o Brasil do texto Bases para Discussão, resultado de consulta nacional para a elaboração da Agenda 21 Nacional e, para a Oficina 3, de um texto de David Hathaway.



OFICINA 1 ÉTICA E GLOBALIZAÇÃO

A GLOBALIZAÇÃO E A REIVINDICAÇÃO POR TRANSPARÊNCIA E RESPONSABILIDADE NAS INSTITUIÇÕES DO SISTEMA GLOBAL

Facilitadoras:

.Guacira César - Secretária Executiva da Articulação de Mulheres Brasileiras e diretora do CFÊMEA

.Thaís Corral - Coordenadora Geral da REDEH

1. Dez anos após a Rio 92 os problemas ambientais globais (buraco na camada de ozônio, desmatamento, aquecimento global, poluição das águas e acúmulo de poluentes orgânicos persistentes) estão cada vez mais severos e poderemos chegar ao ponto no qual os sistemas físico e biológico não serão mais capazes de atender às necessidades humanas.
2. Hoje mais de 1.3 bilhões de pessoas vivem com menos de \$1 por dia das quais 70% são mulheres. Além disso, 800 milhões estão subnutridas, 1.3 bilhões não têm acesso a água limpa e 2 bilhões não têm saneamento, o que causa a morte prematura de milhões de pessoas todos os anos.
3. Globalização se tornou um lugar-comum para nos referirmos a todas atividades humanas nas quais as interações estão cada vez mais relacionadas entre si, mutuamente interativas e ocorrendo no nível global. Sua dimensão econômica inclui o movimento em direção a uma economia mundial caracterizada pelo livre comércio, livre movimentação do capital financeiro e real e a rápida difusão de produtos, tecnologias, informações e padrões de consumo. A gestão deste processo tem sido realizada de maneira autoritária e sem transparência; gerando, reproduzindo e agravando desigualdades de todo o tipo, inclusive de gênero; concentrando riqueza e poder e expandindo a pobreza.
4. Há quem identifique também aspectos positivos tais como a emergência de uma globalização dos direitos, de um processo de globalização da cidadania, de construção de uma sociedade planetária. A possibilidade real de estabelecer uma outra ética da vida em nível global, uma ética do viver bem, do viver com qualidade de vida, partindo dos consensos já constituídos em torno dos direitos humanos universais civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais, e ampliando-os dentro de uma perspectiva multicultural.
5. Essa generalização da qualidade de vida exige, no entanto, que se transcenda a cultura consumista dos países desenvolvidos. A sustentabilidade ambiental e social depende das mudanças no padrão de produção e consumo dos países ricos já apontado na Agenda 21, em seu Capítulo 4, como uma das causas fundamentais do processo que está nos levando a extrapolar a capacidade de suporte do planeta. Estes níveis de consumo também criam e reforçam padrões de vida muito desiguais, e se tornam modelos do que seria o estilo de vida ideal para todos, promovendo uma perigosa distorção de valores.
6. Essas preocupações estão, no entanto, muito distantes do que propôs na década de 90 o pensamento econômico que dominou os governos de muitos países em desenvolvimento, inclusive dos latino-americanos. As políticas em curso buscam a privatização dos bens e serviços públicos e mais segurança para os investidores e a propriedade privada.
7. Essas prerrogativas dominantes, também conhecidas como Consenso de Washington, vem sendo cada vez mais questionado já que as evidências contrariam o argumento de que a globalização permite que os recursos

sejam aplicados onde são mais necessários. As economias nacionais precisam se ajustar continuamente às mudanças nas condições da economia global para que possam colher os benefícios associados à globalização. Os aspectos mais proeminentes destas mudanças se referem a seus impactos nos empregos, cada vez mais “flexíveis”, informais e precários.

8. Este questionamento vem aumentando dramaticamente desde as manifestações de dezembro de 1999, em Seattle, aonde 50.000 pessoas organizaram protestos criticando tanto as políticas da Organização Mundial do Comércio quanto os rumos da globalização e seus efeitos no aumento da pobreza, da violência, do crime e da degradação ambiental. Desde Seattle já houve protestos em Melbourne, Davos, Praga, Nice, Gotemborg, Okinawa, Windsor e, mais recentemente, em Gênova. Estes protestos levaram à realização e à continuidade, em Porto Alegre, do Fórum Social Mundial como contraponto, crítica e questionamento ao modelo vigente de globalização.
9. Outra dimensão questionável da globalização sem limites é a falta de transparência e responsabilidade democrática e o aumento do crime, da corrupção e do terrorismo.. É fundamental assegurar que as instituições que dirigem a globalização sejam democraticamente responsáveis e financeiramente transparentes.
10. A forma de condução do processo, “de cima para baixo”, aprofunda a exclusão, as desigualdades, a proliferação da pobreza e a concentração da riqueza e do poder. Além disto, o processo estimula o agravamento do racismo e da xenofobia como forma de justificar a desigualdade e a exclusão de milhares de pessoas, notadamente mulheres.
11. As crises econômicas dos anos 90 mostraram que a especulação com o capital financeiro pode ser devastadora para economias nacionais. As instituições globais (FMI, Banco Mundial e OMC) enfrentam cada vez mais a vigilância e o clamor por reformas e o debate sobre como tornar a ONU mais efetiva e relevante vem se intensificando. A existência de instituições globais, entretanto, não concretiza um Estado Global, ao qual, necessariamente, deveriam corresponder cidadãs e cidadãos de direitos e de deveres também no plano global.
12. Esta realidade tende a mudar face os recentes acontecimentos de 11 de setembro que levaram à criação de uma aliança global anti-terrorista e reacenderam o debate sobre a necessidade de mudanças radicais na concepção de mundo e de uma revisão dos valores hegemônicos planetários.
13. Os efeitos da globalização sobre as mulheres variam de acordo como os níveis das estruturas sócio-econômicas dos países e de sua integração à economia mundial. Alguns resultados têm sido a queda dos níveis de fertilidade, o aumento da educação das mulheres, o aumento da urbanização e a mudança das estruturas familiares. Pesquisas demonstram que a globalização aumenta as responsabilidades múltiplas do trabalho remunerado e não remunerado das mulheres, já que os governos não incluem o trabalho não remunerado na contabilidade nacional.
14. A reestruturação produtiva e as políticas de ajuste, a flexibilização das relações de trabalho, o desmonte de conquistas, a negação de direitos; bem como a redução do papel do Estado e os investimentos cada vez menores em políticas sociais agravam as condições de vida da grande maioria, com uma sobrecarga desproporcional para as mulheres que tem efeitos dramáticos para as suas vidas em geral, notadamente como trabalhadoras. Apesar de em geral o emprego feminino ter crescido continuamente nas últimas duas décadas, persistem as enormes diferenças entre homens e mulheres relativas à qualidade, condições de trabalho e pagamento.

Possíveis Soluções

15. A globalização aumentou consideravelmente a mobilização das mulheres e esta tendência deve ser fortalecida à medida que elas se acostumam a se fazer ouvir nas reuniões internacionais entre governos. As Conferências da ONU dos anos 90 ressaltaram a necessidade da equidade de gênero e do fortalecimento da participação das mulheres nos processos decisórios.

16. O processo de globalização aumentou a participação das mulheres na economia de mercado - esta tendência deve ser estimulada e expandida. As mulheres possuem de 20 a 30% dos negócios globais e estão rapidamente se tornando uma força econômica. Governos e bancos descobriram que estas mulheres pagam suas dívidas e investem os lucros nas famílias e comunidades mais do que os homens. Os programas de microcrédito são uma estratégia para mitigar a pobreza feminina e em diversos países foram estabelecidos programas de governo para aumentar o acesso das mulheres ao crédito. No entanto, estas mudanças ainda não são suficientes para contrabalançar o ônus que recai sobre elas para que possam participar do mercado de trabalho.
17. As políticas para aumentar a participação das mulheres na força de trabalho remunerada devem ser complementadas por políticas voltadas para aliviar a carga do trabalho doméstico.

Objetivos a serem alcançados

18. Recomendamos que os governos aloquem e garantam os recursos financeiros, técnicos e materiais adequados para implementar projetos e programas destinados a aumentar a participação feminina na formulação e execução de políticas ambientais.
19. É necessária uma análise abrangente dos aspectos da globalização que impactam as questões de gênero, raça e etnia, quais seus impactos sócio-econômicos e a ampla divulgação desta informação.
20. Devem ser adotadas as medidas necessárias para alcançar as metas aprovadas no Ciclo Social das Nações Unidas (da Rio 92 à Durban 2001), como a da paridade nas instâncias de poder, redução da mortalidade materna, mortalidade infantil, água potável, a redução das desvantagens sofridas pelas populações vítimas do racismo, da discriminação racial, xenofobia e formas conexas de intolerância etc.
21. Medidas de erradicação da pobreza e atenção a questões específicas de gênero são urgentes. As instituições financeiras internacionais devem apoiar os países em desenvolvimento e em transição a enfrentar estes desafios, sem minar suas capacidade financeira e estabilidade econômica de longo prazo. Este apoio deve se dar através de iniciativas tais como: comércio livre e justo; renegociação e alívio das dívidas; e aumento da assistência oficial ao desenvolvimento considerando a meta de 0.7% do PIB dos países desenvolvidos como componente deste apoio.
22. A idéia de uma taxa global sobre transações financeiras deve ser promovida. O processo da Rio + 10 deve ser construído sobre os esforços já empreendidos em outros fóruns, buscando desenvolver respostas políticas internacionais coordenadas que representem um passo adiante em termos de cooperação entre os governos, governança global, e cidadania global e corporativa.
23. Até 2005, levantar US\$ 21.7 bilhões para garantir que 100 milhões das mulheres mais pobres do mundo e suas famílias consigam crédito que viabilize a obtenção de renda.
24. Garantir que os governos implementem a nova Convenção da Organização Internacional do Trabalho para proteger as pessoas que trabalham em casa e o compromisso estabelecido em Pequim para a criação de contas satélite nos sistemas de contabilidade nacional e para medir o trabalho não remunerado, promovendo a valorização das dimensão produtiva e reprodutiva.
25. Garantir que as idéias e valores promovidas pelas conferências e convenções da ONU sejam aplicadas, obrigando os países signatários de tais documentos a implementar políticas públicas de combate ao tráfico de seres humanos.
26. Garantir que as idéias e valores promovidos pelas conferências e convenções da ONU sejam ensinados através do sistema escolar e do ensino não formal e informal, promovendo uma cidadania ecológica e socialmente responsável.
27. Criar um fórum internacional para monitorar a implementação da Agenda 21 e outros acordos pelo setor privado;

28. Estimular a criação de padrões globais de investimento mais sensíveis às questões ambientais e sociais;
29. Incentivar o Comitê Ambiental da Organização Mundial do Comércio a trabalhar para esta organização se adequar à Agenda pós Rio.
30. Definir e implantar normas para a prestação de contas pelas empresas transnacionais, organismos financeiros multilaterais e pela própria OMC sobre os efeitos que suas políticas têm produzido para o desenvolvimento humano e sustentável, definindo mecanismos que promovam a transparência e assegurem a necessária prestação de contas pelas instituições responsáveis por Orçamentos Globais.



OFICINA 2 DIREITOS HUMANOS E VIOLÊNCIA

DIMENSÕES SÓCIO-AMBIENTAIS DOS CONFLITOS E DA CORRIDA ARMAMENTISTA: O PAPEL DAS MULHERES NA CONSTRUÇÃO DA PAZ

Facilitadoras:

- .**Analba Brazão Teixeira** - Fórum das Mulheres do Rio Grande do Norte
- .**Sílvia Ramos** - Pesquisadora CESEC - Centro de Estudos de Segurança e Cidadania - UCAM
- .**Rita Andréa** - Presidente CEFORH - Amapá

1. A violência não é compatível com o desenvolvimento sustentável e a violência organizada, na forma de conflitos armados, ignora sistematicamente os direitos humanos. As consequências dos conflitos oriundos das lutas entre interesses de grupos específicos (drogas, máfia, fundamentalistas), de lutas pelo poder nas relações políticas, da violência urbana, do tráfico de drogas e da existência de uma indústria de armamentos, afetam comunidades e a sociedade como um todo.
2. Os direitos humanos refletem o estágio em que se encontram as sociedades nos quais são aplicados e podem ser divididos em gerações. A primeira é a dos direitos individuais, em seguida vieram os direitos coletivos seguidos pelos direitos dos povos. Agora estamos debatendo a quarta geração que trata dos direitos entre todos, com a mensagem de harmonia entre homens e mulheres e a natureza, sem relações de dominação.
3. As vítimas civis, especialmente mulheres, crianças, idosos e deficientes, muitas vezes são mais numerosas que entre os combatentes. As mulheres, as crianças, os idosos, os portadores de deficiência e os grupos sociais discriminados, em razão de raça, etnia, classe social, cultura e condição de origem são especialmente afetados pela violência, através da perda de suas casas e famílias, estupros, prostituição e gravidez forçadas. Outra consequência é que as mulheres se tornam as únicas provedoras da família e, mesmo em meio aos conflitos, têm um papel chave na manutenção da ordem social e na preservação das comunidades.
4. Conflitos causam sérios impactos ambientais como a destruição de florestas, terra e sistemas de abastecimento de água, causando também a escassez de alimentos. O uso de gases tóxicos provoca danos contínuos e permanentes. As áreas de assentamento de refugiados sofrem enormes pressões por recursos como terra, energia e água.
5. Os imensos recursos gastos com a indústria armamentista devem ser revertidos para aliviar a pobreza e a fome no mundo.

6. O tráfico de armas também tem sérios impactos sobre as mulheres. Há mais de 500 milhões de armas leves no mundo, das quais 40% são ilegais - estas armas matam entre 500.000 e 700.000 pessoas todos os anos. Todos os dias são usadas armas de fogo para seqüestrar e escravizar sexualmente mulheres e meninas.
7. A violência direta contra a mulher ainda é aceita culturalmente em muitos países do Terceiro Mundo que, mesmo tendo legislação específica sobre o tema, pouco a aplicam e sem a severidade necessária.
8. Na América Latina a violência urbana afeta diretamente as mulheres. Elas são usadas como “mulas” por traficantes de drogas, têm seus filhos cooptados e na maior parte das vezes assassinados pelo tráfico. O convívio com a violência é constante sendo suas casas freqüentemente invadidas por forças policiais, sem mandato.
9. A globalização do crime ocupou os vácuos deixados pelo Poder Público. Segundo a Organização das Nações Unidas, de um a quatro milhões de pessoas desaparecem por ano no mundo, em sua grande maioria mulheres e meninas. Na maior parte, pessoas provenientes dos países pobres e do Leste Europeu, encaminhadas para o comércio sexual nos países do Primeiro Mundo.
10. Brasil tem 2,6% da população mundial. No entanto, ocorrem no país entre 9% e 13% das mortes causadas no mundo por armas de fogo leves. Em 1995, só a polícia do Estado do Rio matou em ações oficiais 358 civis, número próximo do total de civis mortos por todas as polícias de todas as cidades dos Estados Unidos (385) no mesmo ano. A porcentagem de mulheres assassinadas por seus parceiros com armas de fogo nos Estados Unidos chega a 80% e no Brasil a 46%. [Women, Peace and Disarmament].
11. Na América Latina a violência urbana e a criminalidade estão se tornando parte da cultura local que também é incentivada pela indústria de brinquedos e de “games”.
12. Esses dados, entretanto, não contemplam as várias dimensões da violência no país em suas manifestações específicas, no campo, no lar, contra as crianças de rua e os homossexuais, entre outras facetas. No entanto, eles podem ser tomados como um termômetro que alerta para um tipo específico de epidemia social.
13. É preciso que se registre também que a violência afeta seletivamente certos segmentos da população, com destaque para os favelados e moradores da periferia e, em seu interior, os jovens entre 17 e 25 anos e membros da população negra.

Possíveis Soluções

14. Prover desde cedo e de forma permanente a educação formal e informal para a paz, promovendo uma cultura de paz, tolerância e justiça.
15. Promover a participação direta das mulheres nos processos de resolução de conflitos através das Nações Unidas e outros fóruns internacionais e ações para o cumprimento das leis, tratados e convenções pertinentes.
16. As organizações de mulheres consideram que a redução de gastos militares, do comércio de armas e o controle rigoroso sobre o acesso a armas de fogo são pré-requisitos essenciais ao desenvolvimento sustentável.
17. Faz-se necessário proteger a vida das mulheres e de suas famílias em situações de conflito armado, da mesma forma que em outras situações de risco, assim como reduzir o abuso dos direitos humanos em situações de conflito e ampliar os mecanismos de humanização da segurança pública.
18. O papel das mulheres como promotoras da paz e segurança social no nível comunitário deve ser traduzido em políticas públicas e reconhecido internacionalmente.
19. As mulheres devem promover uma campanha internacional pela paz e pela redução dos gastos militares, do

comércio de armas e por um controle rigoroso do acesso a armas de fogo. Os gastos militares devem ser revertidos para a promoção do desenvolvimento sustentável.

20. Promover o acesso às cortes internacionais visando coibir o descumprimento dos direitos humanos, leis, tratados e convenções.
21. Promover campanha contra os jogos eletrônicos, armas de brinquedo e programas televisivos que incentivem a violência, fazendo frente à difusão da violência através da mídia.
22. Exigir do governo federal a implementação de políticas públicas que coíbam o tráfico de seres humanos, esclarecendo a população com campanhas de prevenção.

Objetivos a serem alcançados

23. Garantir o acesso igualitário e a participação integral das mulheres nos níveis decisórios das estruturas de poder e nos processos de resolução de conflitos.
24. Promover programas que fortaleçam a capacidade de liderança e capacitação profissional e revelem a contribuição das mulheres para a paz e o apoio às redes e ao diálogo das lideranças femininas, ampliando a sua autonomia e participação política e comunitária.
25. Incluir a perspectiva de gênero, raça, etnia e opção sexual em todas as políticas e programas de promoção e manutenção da paz.
26. Coletar dados diferenciados por gênero, raça, etnia, classe e opção sexual sobre o impacto dos conflitos.
27. Prevenir e tornar visíveis os impactos ambientais dos conflitos.
28. Aumentar os esforços para que todas as nações assinem e implementem os acordos internacionais que regulamentam a corrida armamentista e protegem os direitos humanos.
29. Aumentar os esforços internacionais para parar a corrida armamentista, reduzir gastos militares e estabelecer controles sobre a disponibilidade de armas.
30. Envolver as mulheres na formulação de políticas públicas de prevenção e combate ao tráfico de drogas.
31. Promover a aplicação rigorosa da legislação nos casos de violência contra a mulher, realizar campanhas temáticas contra a violência sexual e doméstica e promover a capacitação e reciclagem dos profissionais de saúde e policiais no atendimento à mulher em situações de violência.
32. Promover campanhas de educação, formal e informal, sobre os direitos humanos das mulheres e campanhas temáticas contra a violência sexual e doméstica. Promover ações que visem o cumprimento da legislação.
33. Promover oportunidades de educação formal e informal, lazer e trabalho, com incentivo à difusão e acesso a atividades e estudos culturais para jovens de comunidades carentes, prevenindo dessa forma o seu ingresso no tráfico.
34. Promover a capacitação no campo dos direitos humanos para policiais civis e militares e incluir a percepção de gênero na formação dos agentes de segurança pública e justiça.
35. Promover ações educativas junto à mídia contra propagandas que incentivam o turismo sexual usando a imagem da mulher, o que incentiva a exploração sexual de mulheres e meninas, o tráfico de mulheres e a desvalorização do sexo feminino. Os governos locais devem implementar um código de ética do turismo como forma de coibir o turismo sexual e a exploração sexual de meninas e meninos.

36. Reforçar a convenção internacional de repúdio à sistemática utilização danosa da imagem da mulher pela mídia
37. Promover campanhas educativas através da mídia local (rádios e jornais comunitários) e grande mídia em linguagem acessível às populações carentes.
38. Exigir que os governos implementem políticas públicas que coíbam o tráfico de seres humanos, e promovam campanhas de prevenção e esclarecimento sobre o problema.
39. Iniciar uma campanha mundial, liderada pelas mulheres, contra o terrorismo, a expansão da guerra e em defesa da soberania nacional e a auto determinação dos povos.

OFICINA 3 PROTEÇÃO DA BIODIVERSIDADE E ACESSO AOS RECURSOS NATURAIS

BIODIVERSIDADE, CONHECIMENTOS TRADICIONAIS E RECURSOS

Facilitadoras:

- .**Fátima Oliveira** – Rede da Saúde/Regional Minas Gerais
- .**Raquel Bittar** - Provida - Tocantins

1. A diversidade biológica da Terra está ameaçada pelos atuais padrões de produção e consumo que contribuem para a destruição de habitats naturais. No nível local, a perda da biodiversidade ameaça a sobrevivência de populações tradicionais, que dela dependem para a produção de alimentos, fibras, remédios e outros produtos. A segurança alimentar global também fica ameaçada, já que 66% da população mundial depende de alimentos providos pelo uso de conhecimentos tradicionais sobre plantas, animais e sistemas agrícolas (RAFI 1994)
2. De acordo com a FAO, as mulheres produzem de 60 a 80% da comida na maioria dos países em desenvolvimento e são responsáveis pela metade da produção mundial de alimentos. Além disso, também são responsáveis pela coleta de combustível para cozinhar e de água.
3. Considerando que a contaminação das águas potáveis do planeta é um fator que atinge diretamente a preservação da biodiversidade, há necessidade de políticas de saneamento básico condizentes e adaptadas para povos que vivem em ecossistemas não urbanizados, como: povos da floresta, ribeirinhos, reservas indígenas, quilombolas, assentamentos rurais, etc.
4. Na maioria das sociedades as mulheres têm um importante papel na gestão da diversidade dos ecossistemas já que são as principais responsáveis pelo sustento de suas famílias. As pequenas agricultoras conhecem as necessidades alimentares de suas famílias, bem como o potencial nutritivo de suas culturas agrícolas e desenvolveram uma série de estratégias baseadas na gestão da diversidade genética. Em muitas sociedades as mulheres são responsáveis pela manutenção das sementes e desenvolvem uma grande variedade de culturas alimentícias. Mas a modernização da agricultura e a crescente ênfase na economia de mercado estão gradualmente erodindo estes conhecimentos tradicionais.


5. As mulheres não têm acesso a recursos como terra, crédito e educação. O fato do uso da terra estar cada vez mais voltado para atividades como monoculturas extensivas, turismo e processos industriais em detrimento da produção de comida, marginalizou e empobreceu ainda mais os pequenos agricultores. A degradação do solo é outra ameaça à sobrevivência das famílias nos países em desenvolvimento.
6. Os problemas ambientais e sócio-econômicos gerados pelos “grandes projetos”, especialmente aqueles que atingem a biodiversidade como a expansão da soja nos biomas Cerrado e Amazônia, para alimentação animal e exportação, plantios de eucalipto para indústria de papel e celulose e produção de carvão; abertura de rodovias, ferrovias e hidrovias que cortam ou margeiam reservas indígenas; pecuária extensiva voltada à exportação; afetam todos os seres vivos, inclusive os humanos, deteriorando o meio ambiente e não democratizando o acesso aos recursos naturais.
7. A situação das mulheres em relação à democracia, aos direitos humanos e ao controle e acesso aos recursos praticamente não avançou nos últimos anos e, em algumas regiões, piorou. A privatização de terras agrícolas e de bens comuns, como florestas e rios, os concentra nas mãos de poucos — em sua maioria homens. O acesso a recursos como água, combustível, e forragem para animais está diminuindo, o que ameaça os direitos das mulheres sobre estes recursos fundamentais para sua sobrevivência.
8. A Convenção sobre Diversidade Biológica reconhece em princípio as contribuições dos pequenos agricultores e das comunidades indígenas para a proteção dos recursos e estipula que deve haver uma distribuição justa e igualitária dos benefícios decorrentes de sua comercialização. Mas não há regras claras e efetivas que garantam o cumprimento destes termos. (RAFI 2000). O crescente interesse nos conhecimentos indígenas coincide com o crescimento da indústria de biotecnologia e com a corrida para desenvolver e fazer cumprir uma legislação sobre propriedade intelectual (TRIPs) que diminuirá ainda mais o acesso e o controle por parte das comunidades tradicionais a recursos vitais para sua sobrevivência.
9. Esta legislação está sendo usada como instrumento de proteção ao monopólio corporativo sobre tecnologias, sementes, genes e princípios ativos para fins medicinais. Requer níveis de proteção da propriedade intelectual que prejudicam o interesse público e os objetivos do desenvolvimento sustentável.
10. Os meios de comunicação vêm dando um destaque cada vez maior ao problema global da biopirataria, ou garimpagem genética. A biopirataria se refere ao roubo de recursos naturais e conhecimentos nacionais, sem que os países de origem recebam nada ou muito pouco em troca, comparado aos lucros potenciais de bilhões de dólares realizados pelas empresas biotecnológicas globalizadas que consomem estes recursos genéticos. Por falta de uma legislação adequada, no entanto, esta prática continua sendo perfeitamente legal.
11. O governo brasileiro se empenhou para ver aprovadas as novas leis de patentes em 1996 e de cultivares em 1997 – ambas feitas para atender empresas e governos estrangeiros empenhados em garantir amplos direitos de propriedade industrial para seus produtos e tecnologias. Mas não teve iniciativa alguma para criar regras para controlar o acesso comercial às riquezas contidas nas plantas, animais e microorganismos, apesar da existência de garantias para isso conquistadas na Convenção da Diversidade Biológica (CDB), assinada em 1992 e em vigor no País desde 1994.
12. No Brasil, tramitou no Senado Federal, de 1995 até 1998, um projeto de lei (PL306/95) de autoria da Senadora Marina Silva, visando implementar os direitos do País sobre seus recursos genéticos. Em termos resumidos, a intenção de uma Lei de Acesso aos Recursos Genéticos é criar regras para a concessão de licenças de acesso e uso desses recursos da biodiversidade nacional que têm valor econômico para as empresas que estão patenteando as biotecnologias usadas na sua transformação em produtos modernos, e caros, nos mercados globais. Pela CDB, o Brasil já têm direitos sobre seus próprios recursos genéticos e pode exigir benefícios econômicos e transferência de tecnologia em troca da concessão de acesso a eles.
13. debate mundial sobre os transgênicos evidencia polêmicas no campo econômico, político, ético e científico, o que indica a necessidade de mais pesquisas sobretudo quanto às repercussões na saúde humana e no meio ambiente. Defendemos o princípio da precaução e a segurança alimentar: em caso de dúvida o ser humano não

deve ser exposto à riscos. A defesa da biodiversidade inclui o combate à poluição genética, à erosão genética e a toda e qualquer biotecnologia que coloque em risco a diversidade enquanto norma da natureza viva.

14. As modernas técnicas de manipulação genética e a engenharia genética, necessitam de controle social e ético para garantir que a ciência sirva exclusivamente ao bem estar da humanidade. As técnicas de clonagem constituem, inegavelmente, um ataque à biodiversidade, sendo a clonagem humana abominável.
15. Quem paga as “corridas” da ciência é o conjunto da sociedade, às custas do suor e da fome de milhares de pessoas, logo, do ponto de vista político e ético, a definição de linhas de pesquisas e liberação de recursos devem estar atreladas ao controle social de comitês nacionais e internacionais de bioética que incluam paritariamente as mulheres nos espaços decisórios.
16. A indústria alimentícia multinacional tem colaborado para a degradação e desvalorização da biodiversidade mundial, quando homogeneiza hábitos e costumes alimentícios, interferindo e impondo mudanças através de pressões econômicas e de marketing sobre hábitos culturais de alimentação milenares, como tem acontecido na América Latina com a substituição de diversas espécies de milho por cereais europeus, como o trigo e o arroz.
17. A produção de sementes híbridas e mais recentemente das sementes estéreis, conhecidas como “terminator”, ameaçam a segurança alimentar de todos os povos do planeta pela dependência e manipulação da agricultura, e tem servido a propósitos econômicos e não mais à sua função primeira: alimentação e garantia da sobrevivência dos povos do planeta.
18. A indústria de medicamentos provocou o desinteresse e a desmobilização das comunidades tradicionais em relação aos seus conhecimentos, usos e costumes sobre a utilização de remédios caseiros e ervas medicinais nativas ou cultivadas.

Possíveis Soluções:

19. Reconhecer e divulgar o papel das mulheres na conservação e uso sustentável dos recursos naturais.
20. Apoiar o desenvolvimento de sistemas locais de registro de conhecimentos tradicionais e indígenas para garanti-los contra a pirataria. Desenvolver propostas concretas, inclusive legislativas no nível local e nacional, quanto ações para monitoramento e fiscalização para impedir a biopirataria.
21. Expandir os programas que coletam e registram o conhecimento tradicional das mulheres no que diz respeito à manutenção e utilização sustentada dos recursos naturais. Esse mecanismo de registro deve ser feito de forma participativa de modo a não extrair conhecimentos para interesses comerciais externos.
22. Garantir o retorno dos resultados de pesquisas, bem como seus benefícios, em forma de direitos coletivos, às comunidades e populações pesquisadas ou retratadas em vídeos, filmes, livros, teses ou dissertações de trabalhos técnico-científicos de qualquer natureza, empreendidos por instituições governamentais ou não governamentais.
23. Garantir por lei o direito coletivo das populações tradicionais e indígenas de aferir os benefícios advindos da exploração dos recursos genéticos, impedindo terceiros de patentear esses recursos sem o conhecimento e autorização das comunidades locais.
24. Criar um novo Centro sobre Comércio e Tecnologia no âmbito das Nações Unidas dotado de um mandato mais abrangente e os recursos necessários para funcionamento adequado.
25. Rever e fortalecer as políticas e mecanismos governamentais para regular e controlar as atividades das corporações. , trabalhando desde o nível local, capacitando agentes sensíveis à causa da preservação da biodiversidade e respeito aos conhecimentos tradicionais, até os níveis nacional e internacional.

- 
26. Reconhecer, valorizar, divulgar e principalmente viabilizar projetos que garantam a presença das mulheres na conservação e uso sustentável dos recursos naturais, devido ao seu papel na preservação e reprodução da vida.
 27. Produzir e/ou apoiar a produção de material educativo para informação e conscientização das populações tradicionais e indígenas, prioritariamente, sobre o perigo que a biopirataria traz para sua autonomia, alertando-os sobre seus direitos coletivos a respeito de diversos conhecimentos milenares sobre a biodiversidade.
 28. Apoiar projetos de pesquisa, regulamentação e registro de matrizes africanas e indígenas da medicina popular brasileira.
 29. Apoiar projetos de certificação de produtos manufaturados por comunidades tradicionais ou indígenas que respeitem as convenções internacionais, façam monitoramento e não utilizem OGMS.
 30. Revisão das Convenções de Armas Químicas e Biológicas
 31. Capacitação de recursos humanos pertencentes às comunidades tradicionais e indígenas para elaboração e condução de projetos que fortaleçam, em caráter permanente, o uso adequado dos recursos naturais existentes com relação à alimentação regional e orgânica; reprodução de sementes nativas; defesa, uso e repasse de conhecimentos sobre ervas medicinais, além de educação para a saúde e educação ambiental.
 32. Esclarecer através de campanhas educativas que a preservação da biodiversidade é a garantia da autonomia, auto-sustentabilidade e segurança alimentar de um país, alertando a população sobre a ameaça da pirataria e da dependência de sementes para produção dos alimentos.
 33. Garantir e apoiar o desenvolvimento de projetos de gerenciamento integrado dos ecossistemas existentes nas microbacias, com a participação democrática das organizações civis, principalmente de mulheres rurais e urbanas, visando a proteção da biodiversidade e o acesso aos recursos naturais.
 34. Pesquisar e implantar modelos agrícolas sustentáveis, que respeitem os princípios naturais da biodiversidade, como os sistemas agroflorestais.

Objetivos a serem alcançados

35. Aumento do nível de conscientização no Brasil sobre as questões da biodiversidade, biopirataria, direito à patentes coletivas, etc. através de veículos de informação de massa, bem como campanhas de público direcionado.
36. As regras da Organização Mundial do Comércio devem estar de acordo com a legislação de direitos humanos, especialmente com o Acordo da ONU sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.
37. Estabelecer que plantas, animais, micro-organismos e todos os outros organismos vivos assim como suas partes não podem ser patenteados, nem mesmo os processos naturais que os produzem.
38. Respeitar o direito dos países em desenvolvimento de determinarem as premissas de sua legislação, para que possam proteger suas comunidades, promover a diversidade e a sustentabilidade.
39. Em vez de instituir um regime global de patentes, incentivar a comunidade internacional a desenvolver métodos alternativos para reconhecer e proteger os conhecimentos, inovações, práticas e tecnologias tradicionais.
40. Aumentar o acesso de cada indivíduo, especialmente das mulheres, aos meios de produção que garantem seu sustento e eliminar as leis que impedem as mulheres de serem proprietárias de terra. Analisar as possíveis consequências das mudanças sugeridas para a agricultura, garantindo que as práticas locais não serão mudadas a não ser que as novas propostas indiquem que os membros em desvantagem da sociedade serão beneficiados em caráter permanente, não imediatista, além de ter objetivos auto-gestionários.

41. No Brasil, aprovar o PL306/95 e assegurar seu cumprimento.

42. Remover as TRIPs da Organização Mundial de Comércio.



OFICINA 4 SAÚDE E SEGURANÇA AMBIENTAL

SEGURANÇA AMBIENTAL: PROTEGENDO A SAÚDE DAS GERAÇÕES ATUAIS E FUTURAS

Facilitadoras:

.Moema Viezzer – Rede Mulher de Educação

.Berenice Cordeiro - Engenheira sanitarista. Ministério Público do Rio de Janeiro

1. A segurança ambiental é um direito humano básico e um pré-requisito para o desenvolvimento sustentável. As pessoas - agora e no futuro - devem ter a responsabilidade de exigir do poder público um ambiente seguro com acesso aos recursos necessários, ou seja, aos ecossistemas e à biodiversidade. As reservas ecológicas devem ser mantidas nas quantidade e qualidade apropriadas à manutenção e geração de vida de todas as espécies.
2. O movimento de mulheres discute a sustentabilidade pelo viés do combate à pobreza e às desigualdades sociais e de gênero, caracterizando a pobreza não apenas como insuficiência de renda, mas também como o não acesso a serviços, programas sociais e políticas públicas.
3. A degradação ambiental decorrente dos níveis insustentáveis de cobertura dos serviços de saneamento, de saúde pública, de segurança alimentar, de acesso à terra mostra o quanto a apropriação injusta e desigual dos recursos naturais, entre ricos e pobres, entre setor privado e setor público, entre mulheres e homens, entre negros e brancos, entre centro e periferia, incorre em agressões ao meio ambiente.
4. Atualmente, em diversas partes do mundo, a segurança ambiental está ameaçada e pessoas estão expostas a substâncias químicas e tóxicas, e à radiação solar e nuclear. Não têm acesso à água limpa, terra, energia e alimentos. Além disso, há a ameaça dos desastres naturais, muitas vezes provocados pela própria ação humana.
5. As condições ambientais têm um importante papel na disseminação de doenças transmissíveis, responsáveis por 20-25% das mortes anuais no mundo. Anualmente, a falta de saneamento causa a morte de 12 milhões de pessoas e a poluição do ar a de 2.7 a 3 milhões. Diversas doenças como malária, infecções respiratórias e diarreias poderiam ser evitadas através de intervenções ambientais simples.
6. As doenças decorrentes da falta de saneamento são responsáveis por cerca de 65% do total das internações nos hospitais públicos e conveniados do Brasil. Estima-se que cada R\$ 4,00 investidos em saneamento significam uma economia de R\$ 10,00 em internações hospitalares.
7. O tabagismo é a principal causa evitável de doenças e mortes em todo o mundo e atualmente o câncer de pulmão já superou o câncer de colo de útero nos casos de mortes em mulheres. O tabagismo passivo é a 3ª causa de morte evitável no mundo, sendo as crianças suas maiores vítimas.

8. A utilização da energia nuclear para a produção de energia elétrica é outra grave ameaça à segurança ambiental, principalmente no tocante aos impactos ambientais provocados tanto pela instalação de uma usina nuclear quanto pelo armazenamento dos rejeitos nucleares. Constitui também risco à saúde e à vida da população. Sendo, ainda, deixada como ônus para as gerações futuras esta herança que continuará causando prejuízos aos cofres públicos em detrimento da aplicação de verbas no setor social. Há necessidade de manutenção, de técnicos e de serviços de segurança em todo o ciclo de instalação, utilização, até o período de descomissionamento de uma usina. Toda sua cadeia de produção - da mineração de urânio aos acidentes de operação até a disposição do lixo atômico - apresenta perigos à saúde humana.
9. Muitos produtos químicos que não existiam há 50 ou 100 anos agora estão dispersos em nosso ambiente (ar, água, solo e alimentos) e ainda não conhecemos todos os seus efeitos sobre a saúde. Os seres humanos estão no alto da cadeia alimentar e, portanto, expostos a níveis concentrados de poluentes. Muitos dos poluentes orgânicos persistentes causam problemas ao sistema endócrino, afetando a inteligência, a imunidade e a reprodução. Os metais pesados, também espalhados amplamente pelo ambiente, podem ter efeitos adversos na saúde humana causando câncer, problemas genéticos, e danos cerebrais e ósseos.
10. A comunidade científica está cada vez mais preocupada com as relações entre pobreza, problemas ambientais, mulheres e saúde reprodutiva. Vários produtos químicos estão associados a tipos femininos de câncer que afetam o sistema reprodutivo. Há muitos casos de gestações mal sucedidas e de dificuldades de desenvolvimento em crianças. A pobreza e a conseqüente desnutrição também estão associadas a problemas na saúde reprodutiva. Há uma preocupação especial com os efeitos dos poluentes orgânicos persistentes (POPs) em desordens da reprodução humana.
11. Outros riscos decorrem da mudança climática. Esse fenômeno não apenas aumenta seriamente os riscos de enchentes, secas e temperaturas extremas, mas também a localização, disseminação e intensidade das doenças veiculadas por insetos e pela água. Como as zonas ecológicas mudarão, há grandes riscos quanto à segurança alimentar e ao acesso à água. Estes impactos atingirão mais os pobres e as populações indígenas.
12. O número de refugiados ambientais vem crescendo constantemente, colocando mais pressão na segurança ambiental das áreas nas quais são confinados, com sérias conseqüências econômicas, sócio-culturais e políticas.
13. As mulheres têm menos acesso a oportunidades para proteger, promover e manter sua saúde e têm uma susceptibilidade diferente da masculina aos efeitos nocivos da poluição, sofrendo conseqüências específicas ao serem expostas. Os riscos à saúde feminina são especialmente altos nas áreas urbanas, bem como nas áreas pobres aonde há grande concentração de indústrias poluentes ou atividades agrícolas. As questões de saúde ocupacional vêm adquirindo mais importância à medida que mais mulheres trabalham em sub-empregos em condições insalubres.

Possíveis Soluções

14. São necessários esforços para aumentar a conscientização sobre a relação entre condições ambientais, a segurança e a saúde humanas e o desenvolvimento sustentável.
15. Os países devem aumentar sua capacidade de implementar a legislação e os regulamentos nacionais, regionais e internacionais sobre poluentes e as Convenções pertinentes. Devem agir com firmeza em relação ao transporte de substâncias perigosas e de resíduos nucleares.
16. Todos os países devem implementar o Protocolo de Kyoto e os países em desenvolvimento ou em transição devem receber apoio adequado para isto. Com base no princípio da precaução, a energia nuclear deve ser banida.
17. Reduzir os riscos que ameaçam a saúde especialmente nos países e comunidade pobres, aplicando o princípio da precaução em todas as atividades e planos.

18. Melhorar as condições de moradia das pessoas que vivem em áreas ambientalmente inseguras, com a participação das pessoas afetadas no processo decisório.
19. Devem ser empregados todos os esforços para prevenir o aumento do número de refugiados ambientais. As pessoas obrigadas a abandonar suas casas devem receber o status oficial de refugiadas e devem ser envidados esforços para que possam retomar suas atividades de subsistência de forma sustentável.
20. Promoção por parte do Poder Público de amplo debate sobre o programa nuclear brasileiro e criação de um Conselho para o monitoramento social das usinas e implementação de uma política séria de segurança e direitos humanos para o armazenamento dos rejeitos e um plano de emergência.
21. Ações educativas, legislativas e econômicas para o controle do tabagismo. A população deve ser informada sobre os malefícios do tabaco e deve ser oferecido tratamento aos fumantes no serviço público e desenvolvidas propostas alternativas para os agricultores do tabaco.

Objetivos a serem alcançados

22. Usar o princípio da precaução em todas as atividades que possam afetar a segurança ambiental.
23. Devem ser coletadas informações, critérios e dados estatísticos sobre segurança ambiental e saúde. Os dados devem ser coletados sistematicamente, desagregados e analisados por sexo, idade e status sócio-econômico e usados para servir aos interesses dos grupos vulneráveis e marginalizados. A educação ambiental e a conscientização sobre segurança ambiental devem estar presentes em todos os níveis - da escola à administração de empresas.
24. As comunidades em geral e as mulheres em especial devem ser capacitadas a participar dos processos decisórios envolvendo segurança ambiental.
25. A perspectiva de gênero deve estar incluída em todas as políticas e programas ambientais de forma que antes que as decisões sejam tomadas seja possível uma análise dos efeitos sobre homens e sobre mulheres.
26. Até 2015 devem ser desenvolvidas alternativas seguras ao uso da energia nuclear e de substâncias tóxicas (na agricultura, indústria e residências) que devem então ser eliminadas.
27. Todas as pessoas deverão ter acesso a boa alimentação, água limpa e saneamento até 2015.
28. Promover a segurança alimentar realizando a reforma agrária e agrícola, e através de práticas como a agricultura ecológica e agroindústria, humanizando as relações profissionais e familiares, valorizando a vida e a harmonia com a natureza.
29. Maior severidade na aplicação das leis ambientais.
30. Propor uma legislação que determine a eliminação dos POPs e todas as outras substâncias químicas de alta toxicidade e incompatíveis com a vida.

OFICINA 4 A - SEGURANÇA, SOBERANIA E AUTONOMIA ALIMENTAR SUSTENTÁVEL.

1. As mulheres produzem mais de 60% dos alimentos do mundo e gastam os seus rendimentos mais do que os homens em alimentação e bem estar para suas crianças. Só 5% da ajuda multilateral chega às mãos das mulheres e nos países mais pobres, apesar de prepararem os alimentos, as mulheres e meninas servem primeiro os homens e assim recebem menos comida do que os homens e os meninos.

2. As mulheres recebem menos apoio do que os homens para melhorar a produção e, em muitos países, são freqüentemente excluídas do acesso à reforma agrária e outras medidas sociais que promovem o acesso à terra, ao capital e à tecnologia.
3. Entendemos que a segurança alimentar e nutricional sustentável significa muito mais do que ingerir certa quantidade de calorias. A condição de segurança alimentar depende do direito das populações de definirem suas próprias políticas e estratégias de produção de alimentos, distribuição, acesso e consumo. Está voltada prioritariamente para satisfazer as necessidades das populações nos mercados locais e nacionais ao invés de priorizar a superprodução para a exportação e o superconsumo em mercados transnacionais.
4. Assim, a soberania e a segurança alimentar são incompatíveis com o modelo hegemônico de desenvolvimento que prioriza as monoculturas e traz como conseqüência a imposição do modelo de “fast food” ao qual as mulheres contrapõem o resgate da alimentação diversa, tratando o ato de comer como uma forma privilegiada de interação e convívio humano.

Possíveis Soluções

5. Localização e descentralização da produção e do mercado, em lugar de globalização e centralização da produção e distribuição de alimentos.
6. Respeito à integridade da natureza e suas espécies, considerando os seres humanos como integrantes da natureza, capacitados para agir com ela em vez de dominá-la.
7. Proteção da diversidade biológica e cultural na produção e consumo de alimentos
8. Garantir o acesso a alimentos saudáveis para todas as pessoas, principalmente para os setores mais vulneráveis, como parte do exercício pleno da cidadania e da democracia.
9. Facilitar a mulheres e homens - em igualdade de oportunidades - o acesso à terra, à água, aos bosques, aos meios de produção, ao financiamento, à capacitação e ao fortalecimento das capacidades de gestão e interlocução.
10. Apoiamos as propostas apresentadas por organizações da sociedade civil por ocasião da Cúpula Mundial de Alimentação em Roma em 1996 e insistimos na participação equitativa das mulheres para:
11. Elaboração de um Código de Conduta sobre o Direito Humano à Alimentação Adequada, que sirva de instrumento para a implementação e promoção deste direito.
12. Adoção de uma Convenção Mundial de Soberania Alimentar e Bem Estar Nutricional, à qual se subordinem as decisões tomadas nos campos do comércio internacional e outros domínios, colocando o comércio alimentar internacional subordinado ao propósito supremo de servir ao ser humano.
13. Estabelecimento de uma Corte Internacional de Apelação, independente da OMC, sem possibilidade de ingerência da OMC na alimentação, agricultura e pesca e sua pretensão de determinar políticas nacionais de alimentação no contexto do comércio alimentar internacional.



OFICINA 5 POPULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

GÊNERO E AS DIMENSÕES AMBIENTAIS DAS POLÍTICAS DEMOGRÁFICAS

Facilitadoras:

.Ângela Arruda - Professora de Psicologia Social - UFRJ

.Lúcia Souto – Médica Sanitarista, Assessora FIOCRUZ - RJ

1. A saúde da Terra está ligada tanto às questões demográficas quanto aos padrões de consumo e à geração de resíduos. População, pobreza e poluição formam uma trinca poderosa, profundamente ligada à questão de gênero.
2. Atualmente, as nações desenvolvidas e com uma população estável são responsáveis pela maior parte das emissões, do consumo e da produção de resíduos. Com 20% da população mundial, são responsáveis por 85% do consumo individual do planeta, em contraste com os 20% mais pobres que respondem por apenas 1.3% do consumo individual. Assim, uma criança nascida no mundo desenvolvido provavelmente terá o impacto equivalente a 30 crianças nascidas em países em desenvolvimento.
3. A experiência nos mostra que é perigoso focalizar as questões demográficas ao debater o desenvolvimento sustentável, já que pode parecer que reduzir o crescimento demográfico é uma condição para o desenvolvimento sustentável em vez de um resultado deste. Antigamente havia uma tendência a responsabilizar o crescimento demográfico pela degradação ambiental o que levava à responsabilização das mulheres - especialmente nos países em desenvolvimento.
4. A partir dos anos 60, as mulheres foram coagidas a aceitar métodos de planejamento familiar que não respeitavam seus direitos humanos, como campanhas de esterilização em massa ou prêmios a agentes que convencessem mulheres a aceitar “métodos duradouros”. A partir dos anos 80 as mulheres, em parceria com governos progressistas, começaram a mudar o foco do debate e a propor novas soluções. Os contraceptivos são necessários à saúde da mulher - mas é preciso reconhecer que muitos outros fatores contribuem para a decisão, ou a possibilidade de decidir, sobre ter ou não filhos.
5. Em relação à dinâmica populacional, o Brasil passou nas últimas décadas pela chamada “transição demográfica”, que se caracteriza por dois processos concomitantes, que ocorreram de diferentes maneiras nas regiões do país. De um lado, progressiva diminuição da taxa de mortalidade – hoje no patamar de 8/1.000 habitantes; e de outro, uma drástica queda na taxa de fecundidade das mulheres em idade reprodutiva – passando de 5,8 filhos/mulher na década de 70 para 2,3 . Essas duas reduções levaram a taxa de crescimento da população a cair para 1,4 % ao ano.
6. Os efeitos são significativos, pelo progressivo “envelhecimento” da população como um todo, o que afeta o número e a distribuição dos dependentes (abaixo de 15 e acima de 65 anos) na sociedade. Estima-se que, no ano 2020, os maiores de 65 anos deverão representar 40% do total de dependentes no Brasil, contra 10 % na década de 60 (PNUD e IPEA).
7. É preciso destacar que o aumento da participação feminina na esfera econômica e política que se reflete em um processo progressivo de independência econômica é contrabalançado pela progressiva “feminização” da pobreza, decorrente do crescente número de famílias pobres chefiadas por mulheres. Também vem sendo registrado um

aumento expressivo da gravidez precoce em adolescentes de todo o país e em todas as camadas sociais. Aumenta, assim, a demanda por políticas e programas de proteção social para as mulheres.

8. Garantir que as meninas e as mulheres exerçam seus direitos humanos - incluindo o direito a controlar a fertilidade e sua sexualidade - oferecendo o acesso a informações claras, aconselhamento e metodologias educativas participativas onde a experiência pessoal e os aspectos subjetivos possam ser trabalhados. Desta forma, promover o empoderamento e a autonomia das mulheres e das meninas e melhorar o seu status político, social, econômico e de saúde são objetivos importantes em si. Mas também são essenciais para que se alcance o desenvolvimento sustentável e para garantir a participação plena e a parceria de homens e mulheres em suas vidas produtivas e reprodutivas.
9. A desigualdade de gêneros, a falta de informação, a baixa escolaridade, a falta de acesso a serviços de saúde qualificados têm sido empecilhos e limites à autonomia e à igualdade social entre mulheres e homens e têm um alto preço para as vidas, a saúde e o potencial das mulheres e estão associados a altas taxas de fertilidade. Aonde se recusa às mulheres educação, meios seguros de sobrevivência e os direitos legais e sociais da cidadania, elas dependem das crianças como único meio de alcançar status e segurança. Mulheres educadas têm menos filhos e estes são mais saudáveis e bem educados. Aonde a taxa de mortalidade infantil é alta, os pais tendem a ter mais filhos na esperança que alguns sobrevivam, o que tem impacto na saúde das mulheres e das crianças.
10. Para as mulheres, bom atendimento pré-natal e obstétrico, meios seguros de contracepção, prevenção e cuidados com a AIDS / DSTs, respeitando-se os direitos sexuais e reprodutivos, inclusive das mulheres vivendo com HIV / AIDS, a despenalização do aborto e outros cuidados básicos de saúde são inseparáveis de serviços básicos como transporte, condições higiênicas e água limpa. O atendimento deve ser humanizado e qualificado à saúde integral levando-se em conta a diversidade sexual, de raça e de etnia.

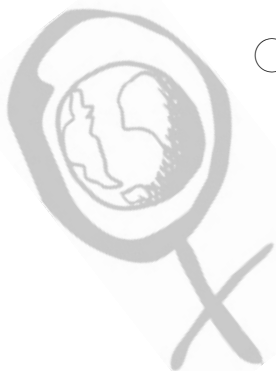
Possíveis Soluções

11. O debate sobre o desenvolvimento sustentável deve se caracterizar pelo compromisso de atender às necessidades humanas básicas através de programas baseados nos direitos humanos, no empoderamento e nas necessidades de homens e mulheres de todo o mundo.
12. No processo de garantir o atendimento às necessidades básicas deve ser feito um esforço adicional para que entre estas esteja o acesso aos serviços de saúde - incluindo aí serviços relacionados à sexualidade e à reprodução, como contraceptivos - à educação, saneamento, energia e alimentação.
13. Os investimentos e programas devem estar voltados para a integração da educação sexual e reprodutiva com os programas básicos de saúde, reafirmando o princípio da escolha informada, o acesso ao aborto seguro e legal e o fim de todas as leis e regulamentos que prejudiquem a saúde feminina.

Objetivos a serem alcançados

14. Todos os países devem garantir o acesso aos cuidados com a saúde reprodutiva através do sistema básico de saúde, a todos indivíduos de idade adequada até 2015.
15. Até 2005, pelo menos 60% dos serviços primários de saúde e planejamento familiar devem oferecer o maior número possível de meios seguros e efetivos de planejamento familiar, cuidados obstétricos básicos, prevenção e tratamento de infecções do trato reprodutivo, e informações que promovam uma melhor qualidade de vida, inclusive de DSTs, anemia falciforme e agravos geneticamente determinados; 80% destes serviços devem estar garantidos em 2010 e, até 2015, todos os postos de saúde devem oferecê-los.
16. Até 2005, pelo menos 40% dos partos devem ser atendidos por pessoas capacitadas nos locais de alta incidência de mortalidade materna e 80% no mundo todo; estes números devem subir para 50% e 85% respectivamente até 2010 e a 60% e 80% até 2015.

17. A distância proporcional entre pessoas que têm acesso a meios contraceptivos e aquelas que expressam o desejo de espaçar os filhos ou limitar a família deve ser reduzida à metade até 2005, em 75% até 2010 e em 100% até 2015.
18. Para reduzir a vulnerabilidade à infecção por HIV/DSTs, pelo menos 90% dos jovens entre 15-24 anos devem ter acesso a meios de prevenção - camisinhas masculina e feminina, testes gratuitos e voluntários, aconselhamento e acompanhamento - até 2005 e pelo menos 95% até 2010. Os níveis de contaminação por HIV/DSTs em pessoas entre 15 e 24 anos devem ser reduzidos em 25% nos países mais afetados até 2005 e em 25% globalmente até 2010.
19. O Brasil com os recursos humanos e técnicos que já possui deve propor uma participação compensatória aos países africanos através de programas de combate a AIDS.
20. Até 2015 todos os países devem ter como meta eliminar a mortalidade materna e chegar a níveis de mortalidade infantil abaixo de 35 por 1000 nascidos vivos e a uma taxa de mortalidade menor que 45 por 1000 crianças até cinco anos de idade.
21. Envolver os adolescentes no planejamento e implementação de educação, informação e serviços apropriados a eles, que devem ser específicos e amigáveis, e tratar sem discriminação de suas necessidades de saúde sexual e reprodutiva, considerando seus direitos à privacidade, confidencialidade, respeito e consentimento informado. Estes programas também devem ser voltados para a aumentar a auto-estima de adolescentes e ajudá-los a assumirem responsabilidade por suas próprias vidas, promover a igualdade de gêneros e o comportamento sexual responsável; promover conscientização, prevenir e tratar DSTs e AIDS e o abuso e a violência sexual; e prover aconselhamento para adolescentes sobre como evitar a gravidez precoce e indesejada.
22. Até 2005 a taxa de analfabetismo feminino de 1990 deve ser reduzida à metade; e até 2010 90% das crianças devem estar na escola.
23. Ratificação universal da Convenção para Eliminar todas as Formas de Discriminação contra Mulheres incluindo o Protocolo Adicional
24. Pesquisas adicionais para desenvolver novos métodos de regulação da fecundidade, especialmente aqueles que também previnam DSTs e AIDS, porém que tenham como parâmetro a segurança absoluta da saúde da mulher, a capacidade de aumentar sua autonomia decisória, que sigam estritamente as regras éticas de pesquisas com seres humanos e sejam aprovadas pelos comitês éticos oficiais e submetidos ao acompanhamento e controle social e respeitem o princípio da não discriminação e não manipulação de gênero, raça e etnia.
25. Implementar as metas estabelecidas pela Conferência Ministerial do Fórum Mundial das Águas de março de 2000 para promover o acesso global a água tratada e saneamento básico.
26. Inserir as questões dos direitos sexuais e reprodutivos dos portadores de necessidades especiais e dos homossexuais e a questão de gênero, raça e etnia na formação dos profissionais de saúde
27. Universalização do acesso ao parto e nascimento humanizado de qualidade.



OFICINA 6 CIDADES SUSTENTÁVEIS

A DIMENSÃO DE GÊNERO DAS CIDADES SUSTENTÁVEIS

Facilitadoras:

Ana Lúcia de la Rovere – Superintendente de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente – IBAM

Ana Maria Batista - Coordenadora do Fórum da Agenda 21 Local do Rio de Janeiro

1. A discussão sobre Cidades Sustentáveis só tomou vulto nos últimos dez anos, graças aos impulsos dados pela Rio-92 e pela Conferência Habitat II. A necessidade de ambientalizar as políticas urbanas, ou construir cidades com estratégias ecológicas, tem sido postulada em nichos distintos que mantêm um diálogo que vem sendo frutífero.
2. As estatísticas falam por si: com mais de 60% do PIB dos países desenvolvidos sendo produzidos em áreas urbanas, em 1990 havia 2,4 bilhões de habitantes urbanos em todo o planeta e, em apenas oito anos, este número saltou para 3,2 bilhões. No Brasil, a proporção de pessoas que moram em cidades era de quase 79% em 1996 e as projeções apontam para uma taxa de 88,94% em 2020.
3. O processo de urbanização nos países subdesenvolvidos, ressaltado no documento *Habitat II*, apresenta um quadro negativo de tendências, com destaque para o risco de não sustentabilidade da qualidade de vida em muitas cidades, seja pela destruição de recursos naturais e do seu patrimônio cultural, seja pela gestão e operação pouco cautelosas e não planejadas de seus serviços.
4. As cidades representam sistemas integrados de todas as atividades humanas - moradia, trabalho, cultura, lazer. Mas além de centros de civilização, as cidades também são locais de pobreza, alienação e desvantagem — nos países desenvolvidos 16% de seus moradores são considerados pobres e nos países em desenvolvimento 36% de todas as residências e 41% daquelas chefiadas por mulheres vivem abaixo da linha de pobreza definida localmente.
5. No Brasil, as taxas elevadas e crescentes de urbanização observadas nas duas últimas décadas promoveram o agravamento dos problemas urbanos, em função do crescimento desordenado e concentrado, da ausência ou carência de planejamento, da demanda não atendida por recursos e serviços de toda ordem, da obsolescência da estrutura física existente, dos padrões ainda atrasados de sua gestão e das agressões ao ambiente urbano.
6. A relação perversa entre degradação ambiental e a pobreza merece um lugar central no debate sobre o desenvolvimento sustentável. Um número cada vez maior de famílias pobres não tem outra alternativa a não ser ocupar solo urbano em áreas de proteção de mananciais, fundos de vale, encostas, áreas ribeirinhas e no entorno de lixões. Os graves problemas ambientais que afetam as cidades do Terceiro Mundo são decorrentes de um processo de urbanização predatório sobre o meio ambiente e sobre o tecido social. Afetam a todos mas comprometem, mais incisivamente, as condições de saúde e de segurança dos segmentos mais pobres da população.
7. ***Mas alguns fatores positivos impulsionam o desenvolvimento sustentável e devem ser ampliados e fortalecidos. Entre eles podemos citar: a estratégia de inserção econômica competitiva adotada pelo país, que coloca as questões ambientais no primeiro plano da agenda econômica; o aumento da consciência ambiental da população e a crescente institucionalização de organismos e sistemas de***

gestão públicos do meio ambiente; o fortalecimento da vida democrática; a renovação significativa do arcabouço legal e as novas experiências em gestão urbana que vêm ocorrendo em todo o território nacional.

8. No mundo todo, além das questões relativas à falta de serviços básicos — como saneamento — em muitas cidades, a equidade e a coesão social estão intimamente ligadas à boa governança urbana. A participação igualitária das mulheres nos processos de governança é um pré-requisito à sustentabilidade das cidades. Apesar de seu potencial para melhorar as condições de vida das pessoas, os benefícios da urbanização não são distribuídos igualmente e as cidades ainda estão divididas entre os estabelecidos e os marginalizados, oferecendo oportunidades diferentes a homens e mulheres.
9. A exclusão impede que muitos grupos participem integralmente da vida urbana e aproveitem os serviços disponíveis. A governança participativa envolve o apoio às populações locais para que se envolvam e se beneficiem das oportunidades oferecidas pela vida urbana. Promover as lideranças femininas e aumentar o papel das mulheres nos processos decisórios e na implementação das ações é uma estratégia chave para aumentar a qualidade do planejamento e a cidadania.
10. O desenvolvimento urbano sustentável requer um foco específico sobre as mulheres porque diversas questões e necessidades relativas à moradia e abrigo, direitos à terra, educação ambiental, saneamento, renda e emprego, transporte, segurança e cuidados com crianças e idosos têm especificidades de gênero.
11. O acesso das mulheres à moradia e à terra é um dos catalisadores mais importantes para a estabilidade das comunidades. A falta de acesso das mulheres aos direitos de propriedade é uma das principais causas da feminização da pobreza.
12. Na maioria dos países não há uma abordagem específica de gênero no desenvolvimento dos processos de Agenda 21 Local, ou processos que favoreçam a inclusão das mulheres nos processos de planejamento e implementação dos planos de ação resultantes e há uma falta generalizada de dados específicos para avaliar a situação das mulheres no nível local e prover informações sobre questões que dizem respeito a elas.

Possíveis Soluções

13. Implementação pelos governos dos Acordos internacionais e provisão de assistência adequada aos países em desenvolvimento e em transição.
14. Governos e associações de autoridades locais devem promover as iniciativas ligadas à Campanha Global pela Governança Urbana e à Iniciativa Cidades Inclusivas entre suas cidades e seus membros
15. Os governos devem apoiar a formação de parcerias efetivas entre os diversos grupos de interesse da sociedade
16. Quanto à reforma das instituições e o fortalecimento dos atores locais, algumas das questões são: redefinir os papéis e as responsabilidades dos governos locais e centrais; promover estratégias de desenvolvimento que abranjam toda a cidade, regular a transferência equitativa de recursos entre os níveis de governo; encorajar a transparência; promover a participação e a cidadania; fortalecer as lideranças e promover a conduta ética na governança urbana, fortalecer as sinergias entre os processos de Agenda 21 Local e a implementação da Agenda Habitat.
17. Institucionalizar o planejamento e a gestão urbana sensíveis às questões de gênero. Para facilitar a igualdade de participação entre homens e mulheres podem ser criadas cotas; Conselhos de Mulheres cujos membros sejam vereadoras em exercício e as que já tiveram mandatos e ativistas femininas; e deve ser feita uma alocação apropriada de recursos.
18. Assegurar recursos específicos que viabilizem a participação das mulheres nas reuniões e fóruns de discussão sobre cidades sustentáveis e Agenda 21. Estes recursos devem estar voltados para ajuda doméstica, cuidados

com crianças e transporte seguro.

19. Implementar estratégias criativas de educação formal e informal, informação e para promover a questão de gênero relacionada ao desenvolvimento sustentável,.
20. Desenvolver trabalhos específicos e treinamento na questão de gênero com jovens de escolas, igreja, organizações comunitárias, sindicatos e grupos de voluntários.
21. Sensibilizar e capacitar o poder público local nas questões de gênero.
22. Disponibilizar e coletar dados estatísticos desagregados e indicadores de gênero em relação a:
 - direito de propriedade,
 - acesso a recursos e serviços,
 - renda e emprego,
 - sensibilização dos formuladores de políticas,
 - porcentagem de mulheres entre os tomadores de decisão,
 - número de mulheres nos processos de Agenda 21 Local e outros fóruns de participação e em todos os estágios dos processos decisórios,
 - % de recursos disponíveis para educação e capacitação em gênero e desenvolvimento sustentável,
 - % de programas que beneficiem as mulheres e
 - identificação da questão de gênero nas políticas públicas (planejamento e gestão)
23. Aperfeiçoar a regulação do uso e da ocupação do solo urbano e promover o ordenamento do território, contribuindo para a melhoria das condições de vida da população, considerando a promoção da equidade, eficiência e qualidade ambiental.
24. Promover o desenvolvimento institucional e o fortalecimento da capacidade de planejamento e gestão democrática da cidade, incorporando no processo a dimensão ambiental e assegurando a efetiva participação da sociedade.
25. Promover mudanças nos padrões de produção e consumo da cidade, reduzindo custos e desperdícios e fomentando o desenvolvimento de tecnologias urbanas sustentáveis.
26. Desenvolver e estimular a aplicação de instrumentos econômicos no gerenciamento dos recursos naturais visando a sustentabilidade urbana.
27. Contemplar a inserção regional no planejamento das cidades (unidade sugerida: bacia hidrográfica)
28. Elaborar material didático para difundir as questões de gênero nas organizações da sociedade civil.
29. Divulgar experiências de implantação das Agendas Locais
30. Incentivar os processos de escuta dos movimentos sociais
31. Promover e incentivar novas institucionalidades (fóruns da Agenda 21 Local)
32. Fomentar as manifestações culturais: ouvir os cantos da terra, agregar as idades e celebrar a vida.

Objetivos a serem alcançados

33. Cada país deve produzir e publicar periodicamente relatórios sobre o estado de suas cidades incluindo informações desagregadas por gênero.
34. Até 2005 todos os países devem reconhecer o direito à moradia adequada, desenvolver políticas voltadas a este objetivo e alocar recursos para implementá-las.

35. O processo da Rio + 10 deve ser usado para revitalizar a implementação da Agenda Habitat.
36. Estudar as possibilidades de globalizar a Convenção de Arhus para promover o acesso à justiça e à informação ambientais.
37. Conectar as atividades locais, nacionais e internacionais para a geração de dados desagregados por gênero e indicadores sensíveis às questões de gênero, criando sinergias entre elas.
38. A análise orçamentária por gênero deve ser mais desenvolvida e divulgada e as cidades devem compartilhar suas experiências.

OFICINA 7 PODER E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

GOVERNANÇA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



Facilitadoras:

.Ângela Freitas - Articulação de Mulheres Brasileiras

.Lílian Celiberti - Cotidiano Mujer - Uruguai

1. Bons sistemas de governança têm a participação e a democracia como pilares da legitimidade do sistema democrático; trabalham com transparência, efetividade, eficiência e receptividade às necessidades de todos e se baseiam na lei e na equidade entre gêneros. Um bom governo coloca as pessoas em primeiro lugar e é indispensável para a construção de sociedades pacíficas, prósperas e democráticas.
2. Através da história e em diversas sociedades vários grupos sociais, inclusive as mulheres, têm sido excluídos das estruturas de poder. Muitos sistemas de governo se baseiam na dominação de um ou de alguns grupos sociais, o que causa sofrimento e conflitos e não conduz à paz ou à justiça.
3. Apesar das mulheres serem 52% da população mundial, sua participação nas estruturas de governo tem se limitado a uma minoria que ocupa posições de decisão. Os governos se comprometeram, em uma série de acordos internacionais, a garantir o empoderamento das mulheres e a priorizar a equidade de gênero. A ONU indicou 30% de participação feminina até 2003 como a massa crítica necessária para o sucesso dos esforços para se chegar a uma representação realmente igualitária de 50/50 em 2005. Alguns países têm feito enormes progressos nesta área mas a falta de dados desagregados por gênero não permite uma avaliação adequada.
4. É evidente que a participação das mulheres no desenvolvimento sustentável está vinculada aos avanços da participação feminina nos governos como um todo. A participação igualitária de homens e mulheres nos processos decisórios é necessária para fortalecer a democracia e promover seu funcionamento apropriado. A igualdade de gêneros no processo político tem um papel fundamental para o avanço da causa feminina e é uma condição necessária para que os interesses específicos, os valores e as experiências das mulheres sejam levados em consideração.
5. Apesar do aumento do número de leis em relação às mulheres, a legislação apenas não garante a eliminação das desigualdades - é preciso um novo conceito de construção democrática e a promoção de uma cultura de debate.

6. O Capítulo 24 da Agenda 21 conclama os governos a tomarem providências a respeito de uma série de questões, entre elas: aumentar o número e a proporção de mulheres envolvidas nos processos decisórios do desenvolvimento sustentável; fortalecer as instituições governamentais que trazem sistematicamente uma perspectiva de gênero para as políticas governamentais; fortalecer a capacidade das ONGs e fortalecer uma abordagem sensível às questões de gênero nas pesquisas, coleta de dados e sua divulgação.
7. Uma divisão equilibrada de responsabilidades não apenas permite que as mulheres tenham uma melhor qualidade de vida mas também aumenta suas oportunidades de influenciar as políticas. A presença feminina nos governos e órgãos legislativos favorece a redefinição das prioridades, contribuindo com novas perspectivas sobre as questões políticas.
8. O analfabetismo e a pobreza são problemas fundamentais que impedem a plena participação das mulheres, mas também há outras barreiras, que afetam inclusive as mulheres dos países desenvolvidos, tais como: os cuidados com crianças e idosos, os horários das reuniões e a segurança dos meios de transporte.
9. Os benefícios da globalização não têm sido distribuídos de forma equitativa e as brechas entre ricos e pobres estão aumentando entre as nações e dentro delas, enquanto a degradação ambiental se intensifica, apesar dos inúmeros acordos, convenções e tratados existentes. Soluções viáveis já foram identificadas, mas faltam vontade política, coragem e os mecanismos apropriados para implementar uma visão comum sobre o futuro do planeta.
10. A emergência de novas formações de poder e transformação social, tais como as corporações e as ONGs, tem impacto nas decisões políticas e no cotidiano das pessoas. O surgimento das corporações transnacionais concentrou o poder de maneira sem precedentes na mão de uns poucos, em sua maioria homens de países desenvolvidos. A liberalização da economia global e a desregulamentação dos mercados financeiros levou à exclusão de grandes segmentos da sociedade global das decisões políticas e econômicas, sendo que muitas entidades privadas ainda não levam a sério os compromissos assumidos após a Rio 92.
11. As ONGs trabalham cada vez mais em escala global e vêm aumentando sua influência e reconhecendo a necessidade de prover informações sobre quem representam e como funcionam. As redes internacionais de mulheres têm se engajado ativamente no ciclo de conferências da ONU, conquistando um importante papel no monitoramento da implementação dos acordos.
12. Em muitas áreas tem sido usada uma abordagem tri-setorial com a representação de governos, setor privado e sociedade civil. Mas nestes casos se considera que a sociedade civil engloba todos os interessados que não são governo ou negócios, tais como mulheres, jovens, sindicatos, comunidades indígenas, cientistas, etc. refletindo, assim, a realidade do atual sistema de poder. Sistemas de governança baseados nesta abordagem não levam em consideração os princípios fundamentais da equidade e da diversidade.
13. Entre as soluções já apontadas para um sistema global de governança podemos citar a Assembléia dos Povos das Nações Unidas ou Assembléia Parlamentar da ONU, as duas com função consultiva. Ao mesmo tempo, a ONU vem envolvendo diversos grupos e tem propiciado a participação das ONGs. Ainda assim, a maioria dos mecanismos de participação não estão formalizados e são insuficientes.

Possíveis Soluções:

14. Precisamos uma visão comum da sustentabilidade e do equilíbrio entre os gêneros, baseada em valores compartilhados por todos, para quebrar a “corrente de culpa” que se criou em torno da falta de implementação da Agenda 21 e de outros acordos internacionais.
15. Um novo sistema de governança deve reunir todos os grupos da sociedade em parceria e o processo da Rio + 10 oferece uma oportunidade para a revisão dos mecanismos de participação e colaboração que devem incluir a definição de princípios, regras de conduta e objetivos comuns a todos. A participação responsável requer o apoio ativo do órgão facilitador, incluindo acesso às informações, justiça, financiamento, capacitação e treinamento

e a criação de espaços para a participação nos processos decisórios e na implementação.

16. As corporações, com a colaboração dos governos, devem desenvolver mecanismos legais e regulatórios para promover investimentos social e ambientalmente responsáveis.
17. A falta de integração dos três pilares da sustentabilidade e das interconexões entre eles deve receber atenção prioritária através de ações como: melhorias no PNUD, inclusão do desenvolvimento sustentável nas diretrizes operacionais de todas as instituições financeiras; aproveitamento máximo dos acordos ambientais multi-laterais através de sua integração em todos os processo de planejamento e da reunião de todos estes e suas instituições; e tratar de forma efetiva as falhas no cumprimento dos acordos internacionais.
18. Para possibilitar uma análise de gênero efetiva, é necessário que os indicadores do desenvolvimento sustentável abarquem a equidade de gêneros e que seus dados sejam apresentados desagregados por gênero.
19. Todos os níveis e departamentos de governo devem integrar políticas e procedimentos para a inclusão de gênero. As estratégias para a equidade de gêneros na promoção do desenvolvimento sustentável devem incluir: programas de ação afirmativa, conscientização, capacitação, educação e treinamento de homens e mulheres, avaliação das instituições ligadas ao desenvolvimento sustentável para verificar o equilíbrio de gêneros e as evidências de tratamento adequado à questão; difusão das boas práticas; a superação da apatia e da falta de conhecimento das mulheres sobre os processos governamentais; a orientação de mulheres jovens para carreiras ligadas aos processos decisórios do desenvolvimento sustentável; e o respaldo a estes esforços com financiamento e apoio adequados; monitoramento e avaliação de sua efetividade e replicabilidade.
20. Governos e órgãos intergovernamentais devem operar dentro de uma estrutura consistente, previsível e transparente. Os processos de participação de todos os grupos da sociedade devem ser mais desenvolvidos, estudados e analisados e a participação das mulheres enquanto grupo social deve ser garantida através da análise de gênero das questões.
21. Para que o equilíbrio de gêneros seja alcançado nos governos é preciso expandir e melhorar os programas de ação afirmativa (sistema de cotas) e outros incentivos que encorajem e apoiem a liderança e a participação das mulheres nos processos decisórios e debater as mudanças necessárias nestes sistemas para que se tornem realmente efetivos.
22. É preciso superar as barreiras ao acesso das mulhres à informação e à participação através de uma análise rigorosa das necessidades femininas em diferentes níveis em cada país.
23. É preciso fortalecer a solidariedade e a cultura da inclusão e questionar as políticas autoritárias.
24. Promover a capacitação para a participação nos orçamentos públicos e nos mecanismos de controle social de forma a garantir a ampliação da perspectiva de gênero.
25. Ampliar as articulações da Agenda e dos setores e fortalecer a diversidade de vozes
26. Usar estratégias de comunicação / valorização da comunicação e ocupar espaços na mídia para socializar nossas experiências e nossas conquistas e para afirmar a transição de vítimas para sujeitos com direitos.

Objetivos a serem alcançados:

27. Até 2004 deve ser feita uma revisão dos aspectos de gênero no conjunto de indicadores da Comissão de Desenvolvimento Sustentável e as Nações Unidas devem implementar uma metodologia que permita o acompanhamento da participação das mulheres nos processos decisórios; deve ser criada uma estrutura flexível para a participação de todos os grupos sociais e deve ser finalizado até então um processo de negociações com o objetivo de definir uma convenção global sobre as responsabilidades e obrigações das corporações. O progresso destes mecanismos deve ser revisto a cada 5 anos.

28. Com base nos acordos que reconhecem o envolvimento dos grupos sociais, a comunidade internacional deve desenvolver os mecanismos para que esta participação se torne mais efetiva até 2004.
29. Os governos devem se comprometer a implementar as medidas necessárias e estabelecer metas para o equilíbrio de gênero nos órgãos governamentais bem como no serviço público, nos sistemas judiciário e legislativo e buscar o equilíbrio de gênero também nas suas representações internacionais.



OFICINA 8 INCLUSÃO DIGITAL DE GÊNERO, RAÇA E ETNIA

DESAFIOS E OPORTUNIDADES NA EDUCAÇÃO PARA COMUNICAÇÃO E NAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO

Facilitadoras:

- .Denise Arcoverde - Coordenadora do Grupo Origem/PE
- .Kátia Oliveira – Programa Sociedade da Informação
- .Graciela Selaimen – Coordenadora de Comunicação Rede de Informação do Terceiro Setor.

1. Um dos conceitos chave que permeia a Agenda 21 é a necessidade de informações adequadas para a formulação de políticas de desenvolvimento sustentável. Na maior parte dos países, sobretudo dos países em desenvolvimento, os dados são muitas vezes precários e pouco acessíveis. Há poucos dados desagregados por sexo, o que dificulta que seja implementado o capítulo 24 da Agenda 21, que propõe a formulação de políticas que reconheçam o papel central desempenhado pelas mulheres no processo de formulação de políticas de desenvolvimento sustentável.
2. O conhecimento é hoje em dia um dos principais fatores de superação de desigualdades. O conhecimento, a educação e o desenvolvimento científico e tecnológico tornaram-se essenciais para a soberania e a auto-determinação nacional. Cabe aos governos promover a universalização do acesso e o uso crescente dos meios eletrônicos de informação, criando e mantendo serviços equitativos e universais, provendo educação dos procedimentos, voltada para o aspecto prático do conhecimento da tecnologia.
3. A sociedade da informação é um fenômeno global que representa uma profunda mudança na organização da sociedade e da economia. Sua contribuição para a infra-estrutura de informações determinará quais regiões serão mais ou menos atraentes para negócios e empreendimentos. Há, ainda, uma dimensão social em virtude de sua possibilidade de promover integração, reduzir distâncias entre pessoas e aumentar o seu nível de informação. O acesso à informação e às ferramentas da informática é hoje tão importante que já se fala de uma nova forma de exclusão social, a exclusão digital.
4. Esse tipo de exclusão tem incidência mais forte nos setores onde já existe discriminação: mulheres, negros e negras, indígenas e pessoas portadoras de deficiência. Os números no Brasil refletem essa realidade — nem dez por cento da população brasileira está conectada à Internet e os provedores de serviços de rede encontram-se concentrados nos grandes centros urbanos, onde o acesso maior é de empresas e de pessoas com alto nível de escolaridade. Há grandes regiões onde o acesso à Internet não existe ou é muito caro, esses vazios coincidem com as áreas mais pobres do país.
5. É fundamental que haja disponibilidade de pesquisas sobre a situação das mulheres e dados adequados,

desagregados por gênero, para apoiar a formulação de políticas e programas. Ao formular metodologias para a coleta e o uso de dados, é importante reconhecer que as mulheres são tanto produtoras quanto usuárias da informação. O seu acesso às redes eletrônicas pode garantir mais participação nos processos decisórios relacionados à produção e regulação do setor de tecnologias de informação e comunicação que é, tradicionalmente, dominado pelo gênero masculino.

6. Um dos graves problemas do uso das informações pelas mulheres está diretamente ligado à sua falta de conhecimento. Há 900 milhões de analfabetos no mundo, dos quais 65% são mulheres. Na América Latina, essa disparidade é um pouco menor 86.2% das mulheres são alfabetizadas em relação a 98% dos homens.
7. A expansão da tecnologia da informação digital na década de 90 trouxe novas oportunidades de educação mas também novos desafios para viabilizar o acesso. Essa tecnologia depende do acesso a linhas telefônicas e só quinze por cento da população mundial tem acesso a 71% das linhas telefônicas disponíveis no mundo. 50% das pessoas nunca usaram um telefone; enquanto os países desenvolvidos têm em média 50 linhas telefônicas por 100 habitantes, os países em desenvolvimento podem ter até menos de uma linha por 100 habitantes.
8. Os avanços tecnológicos, especialmente na área da comunicação, têm sido um instrumento importante de construção de um processo global fundado na democracia e na garantia dos direitos humanos. Redes e articulações são constituídas em torno de objetivos comuns, de metas bem definidas, que geram a possibilidade de ações concretas ao nível global.
9. O acesso às novas tecnologias de comunicação, a inclusão digital, é fundamental para empoderar os segmentos marginalizados da população, viabilizando a globalização da informação. Afinal, informação é poder.

Possíveis soluções:

10. A inclusão digital e universalização do acesso pressupõem três aspectos: conectividade, capacidade e conteúdo.
11. Devem ser estabelecidos mecanismos apropriados para recolher informações que dêem conta da complexidade das experiências e preocupações das mulheres, simultaneamente identificando problemas, limitações e oportunidades para aumentar a equidade de acesso a recursos e processos decisórios. Os dados devem ser formatados de forma a facilitar o seu uso e disseminados diretamente às mulheres, no nível local, para serem usados em ações que influenciem políticas.
12. A conectividade pressupõe acesso a uma linha telefônica e a equipamento, ou seja computador e modem que viabilizem o acesso. No caso específico da população feminina há que levar em conta os baixos graus de educação e as dificuldades em lidar com esse tipo de tecnologia.
13. Treinamento e capacitação adequados visam fazer com que as mulheres e as meninas tornem-se não só usuárias da Internet como também profissionais do amplo e promissor mercado das tecnologias da comunicação e produtoras de conteúdos para a Internet.
14. É muito importante que os conteúdos que circulam na Internet reflitam uma visão democrática da sociedade. Os parâmetros fundamentais para superação da pobreza e das disparidades de gênero, raça e etnia devem estar presentes. A Internet deve se transformar cada vez mais num instrumento de superação das desigualdades sociais.
15. Construir ambientes nos quais as mulheres se aproximem mais das tecnologias. Cursos gratuitos nas escolas públicas, criação de espaços virtuais focalizados nas áreas de interesse feminino.
16. Financiar projetos de capacitação para o uso da Internet por mulheres.
17. Priorizar a participação das ONGs feministas e de raça nos processos de seleção do FUST. Os quilombolas devem ser priorizados para a implantação de Telecentros. A capacitação das mulheres deve ser priorizada em todas as propostas e projetos de inclusão no uso das TCDIS.

18. Sensibilização de agências financiadoras para o financiamento de projetos de inclusão digital de gênero, raça e etnia
19. Garantir a participação de lideranças do movimento feminista nas comissões da sociedade civil ligadas a projetos de inclusão digital
20. Priorizar os projetos de gênero, raça e etnia nos processos de seleção dos programas nacionais de inclusão digital
21. Educação voltada para os aspectos práticos da tecnologia para as mulheres
22. Criar espaços virtuais para debate de gênero, raça e etnia
23. Implementar políticas que estimulem a produção de conteúdos relativos à história e cultura local
24. Promover a produção de estudos e estatísticas sobre a utilização da Internet segundo parâmetros de gênero, raça e etnia
25. Promover a conscientização sobre a necessidade de eleger representantes para acompanhar e defender políticas de inclusão digital.

OUTROS ENCAMINHAMENTOS FEITOS PELA PLENÁRIA

- Realizar uma campanha no Fórum Social Mundial pela paz e contra todos os fundamentalismos, promover o debate entre mulheres de diversos países nos quais ainda há discriminação (Palestina, Índia, Afeganistão, etc.). Buscar contato para potencializar nossas propostas e conseguir visibilidade.
- Atenção para a tentativa de projeto em tramitação no Senado que vai contra a convenção 103 da OIT que dá direito à licença maternidade. O projeto autoriza o empregador a demitir mulheres grávidas, sem indenização.
- Discutir com mais força a cobrança dos grandes crimes ambientais.
- Exigir a abertura das contas dos políticos nos paraísos fiscais.
- Ressaltar as necessidades das mulheres portadoras de deficiência física.
- Realizar uma campanha internacional, liderada pelas mulheres, pela paz e soberania dos povos.





LISTA DE PARTICIPANTES

Abgail Paschoa - Vice-Governadoria - RJ / Adelaide Rodrigues Victor - Caixa Econômica Federal - RJ./ Adriana Causa – Argentina/ Adriana Medina -Rede Mulher Educação – SP / Albertina de Oliveira Costa - Fundação Carlos Chagas - SP./ Alda Corral – CMDM - Macaé RJ./ Alessandra de Souza Fraga - Pref.Mun. Paty de Alferes - RJ./ Alice Odila Sant’Anna de Carvalho - Ass. Bairro da Pedreira - RJ./ Aline Maria Monteiro Almeida – IBAM - RJ./ Aline Pinto de Almeida – Ecovida - RJ./ Amália Fischer - Fundo Angela Borba RJ./ Ana Elizabeth C. Boucinhas - CIEP de Bento Rubião -RJ./ Ana Isabel de M. Alfonsin - Câmara Mun. de Porto Alegre - Porto Alegre RS/ Ana Liési Thurler - Fórum de Mulheres do Dist. Federal - Brasília DF./ Ana Lúcia Oliveira de Castro - Brahma Kumaris - RJ./ Analba Brazão Teixeira - Fórum de Mulheres do RN. / Andréa da Silva Junqueira - Inst. Lagoa Viva - RJ./ Andréa Pereira Barreto - Rede Mulher de Educação - Niterói RJ./ Andréia Cristina Nogueira Aquino - Agenda 21- Volta Redonda RJ./ Angela Esteu Café Torres - Conselho Estadual da Mulher - GO./ Angela Mesquita Fontes – IBAM – RJ/ Anna Maria Rattes - ERA 2000 - RJ./ Antônia de Fátima V. Lima - Coord. R. Metro IX - Itaboraí RJ./ Aparecida Maria de Almeida - Cons. Est. Da Cond. Feminina - SP./ Arlete da Silva - Vargem Pequena RJ./ Beatriz Ivana - Editora Terceiro Milênio - RJ./ Beatriz Machado de Carvalho Penna - Instituto Walden – RJ/ Brena Ferreira Rocha - Liga Benef. S.João Batista de Macaé - RJ./ Carmen Oliveira Frade – Idaco – RJ/ Célia Maria da Cunha – CREAM -Resende RJ./ Celia Maria Viana Jatobá - Casa do Fazer - Macaé RJ./ Célia Regina Xavier de Castro –Criola - RJ./ Celita Eccher – REPEM - Montevideo Uruguay/ Clara Alice Garcia Cruz - Plano Estrat. de Juiz de Fora- Juiz de Fora MG./ Claudia Augusta de O. Dias Gonçalves - Agenda 21 Petrópolis - Petrópolis RJ./ Claudia Bonan – CACES- RJ./ Claudia Grabher - Rede Paulista de Educ. Ambiental - Vinhedo SP./ Claudia Menezes - Agenda 21 Petrópolis - RJ./ Cleci Teresinha Meneghel - Partido Liberal – Mulher – RJ./ Cremilda Luiza de Almeida – MUSA -B.Horizonte MG./ Cristina Montenegro - RJ./ Cristina Orpheo - Vitae Civilis - S. Lourenço da Serra SP./ Dalva Pazos Gonzalez - Agenda 21 Petrópolis - RJ./ Daniela Mendes Marques - Mov. Art. De Mulheres da Amazônia - Rio Branco AC./ Danilo Ferreira de Souza - Ass.Mor.do Morro dos Cabritos - RJ./ Deisi Benedito - Fala Preta - SP./ Denise Dourado Dora - Fundação Ford - RJ./ Denise Mendonça Palha da Silva - Sec. Mun. De Educação - RJ./ Diomar D. Silveira- RJ./ Donato Velloso - Barra RJ./ Dorée Camargo Correa – ABRADE – RJ./ Edneida Rabêlo Cavalcanti - Fundação Joaquim Nabuco - Recife PE./ Edson Silva Reis - Fundação Carlos Chagas - RJ./ Eliana Corrêa da S. Bonates - Instituto Verde - RJ./ Eliana Santos – CIACOM - RJ./ Elizabeth de Mello Garcez – AGENDE - Brasília DF./ Elma Silva Brocal - Sind. Alf. E Cost. RJ./ Emilia Fernandes - Ag 21 / UERJ - Teatro Ambiental - RJ./ Emília Ferreira Magalhães – Mulheraça - RJ./ Eny Vidal - Premier Turismo – RJ./ Erosita França Leclerc – Ass. Mulheres Macaenses - Macaé RJ./ Estela Maria S. C. Neves - CPDA / UFRJ - RJ./ Evanisa Mariano da Silva - Conselho Est. da Mulher - Campo Grande MS./ Fábila Lopes G. da Silva - Centro das Mulheres do Cabo PE./ Fátima Solange Cavalcante - Pastoral dos Negros Paraíba - João Pessoa PB./ Felícia de Moraes Soares – CEDIM – RJ./ Francisca Leite Ferreira - Rede Acreana de Mulheres e Homens - AC./ Gabriela Rizo – IPEC - RJ./ Gabriela Scotto - Fundação Heinrich Böll – RJ./ Genozita Leal Giarola – Mulheraça - RJ./ Gisele de Faria Cardoso de Araújo - Sec. Esp.de Prevenção à Dep. Química - RJ./ Gisele de Faria Cardoso de Araújo - Sec. Esp.de Prevenção à Dep. Química - RJ./ Gisele de Faria Cardoso de Araújo - Sec. Esp.de Prevenção à Dep. Química - RJ./ Gladys Schincariol - Museu de Imagens do Inconsciente - RJ./ Glória Márcia Percinotto - Minist. Público - RJ./ Glória Mizaél Villar - Gestão Comunitária - RJ./ Graciela Baroni Sezaimen – RITS - RJ./ Graciela Rodriguez - Ser Mulher - N. Friburgo RJ./ Graciene de Souza Rocha – CONAR- S. Gonçalo RJ. / Graciete da Luz Eduardo - Agente de Prevenção - RJ./ Haidê Vale de Souza Torres - NUAM- Casa da Mulher Berta Lutz - Volta Redonda RJ./ Hamilton de Souza Freitas - RJ./ Hildete Alves de Medeiros - Vice-Governadoria - RJ./ Hildézia Medeiros – Repem - RJ./ Ianê Germano de Andrade – UMBABI- RJ./ Ieda Albuquerque - Sec. Mun. Habitação – RJ./ Ieda Vieira Franco Thomé – Guarazão - I. de Guaratiba RJ./ Ingrid S. Stigger - APAJurubatiba – AMOLA - Macaé RJ./ Isis Veiga Goulart - Pref.Mun. Paty de Alferes- RJ./ Isis Volpi de Oliveira - Plano Estratégico da Cid. Do RJ.- RJ./ Ivanise de Andrade Sena - PSB e Orçamento Participativo –RJ./ Izaura do Nascimento - Rio Mulher -RJ./ Jacira Melo - Art. De Mulheres Brasileiras - SP./ Jacqueline Guerreiro Aguiar –NEAD- RJ./ Janaína Zimmer Fagundes – AMAC - Macaé RJ./ Jaqueline Máximo Moreira – SAPE- Angra dos Reis RJ./ Jares Oliveira Silva Pino - Sind. Alf. E Cost. RJ.-RJ./ Josana Valle - Agenda 21 Petrópolis - RJ./ Joseanes Lima dos Santos- SACI- Aracaju SE./ Josilda Ramos da Silva - Saúde Mulher- RJ./ Joyce Enzler - Rádio Bicuda - RJ./ Joziane Neto Silva Soares - Adler Consultoria - RJ./ Julci Caiado -Rio Mulher - RJ./ Juliana Álvares Martins - Pref.Mun. Paty de Alferes-RJ./ Jullyana

M. Sorace Rassin - SOS Mulher e Família- SP/ Jurema Werneck – Criola - RJ./ Karla Mascarenhas Watkins - Brasília DF./ Kátia Aguiar – BEMFAM - RJ./ Katia Angeloff de Mattos – CERVI – RJ/ Kátia Regina Aguiar Coutinho da Silva – BEMFAM - RJ./ Kátia Souto - UBM - Sobradinho DF./ Kristina Michahelles - Michahelles Jornalismo Ltda- RJ./ Laudicéia M^ª da Cunha M. Freire – CREAM - Resende RJ./ Laura Jesus de M. e Costa - SINI/ SEAB - Curitiba PR./ Léa Perez Alvares – CEDIM - RJ./ Leila M^ª Riboura de Oliveira - Vice-governadoria - RJ./ Letícia Barroso Baptista- Agenda 21 - Volta Redonda RJ./ Letícia Rangel Tura – Fase - Belém PA./ Lidiane Aparecida de Souza - Macaé RJ./ Liliane Ap. Gonçalves Oda - Universidade Solidária - SP./ Lindalva Lourenço do Nascimento - Caixa Econômica Federal- RJ./ Lúcia Maria Ribeiro de Lima – MAMA - Rio Branco AC./ Lúcia Maria Xavier de Castro – Criola - RJ./ Lucia Souto – Fiocruz - RJ./ Luciana Campos R. Martha – UERÊ - RJ./ Luciana da Cruz Carvalho – CEMASI - RJ./ Luciana Kamel – UERJ - RJ./ Luciana S. Peregrino - Grupo Origem - Olinda PE./ Luiz Felipe de Oliveira Penna - Instituto Walden – RJ/ Luíza de Mello e Souza - Fundação Ford - RJ./ Magaly Chede Travassos - Cons. Comunitário da Lagoa e Jardim Botânico - RJ/ Magaly Pazello - IBASE-DAWN - RJ./ Manuel A. Pinto - Centro Nacional Bertha Lutz- RJ./ Marcela Magalhães Martins- UFRJ / IFCS - RJ./ Marcela Pessoa Zaroni – COLIM- RJ./ Marcella F.V. Camargo - Inst. De Filosofia – UFRJ- RJ./ Márcia Cezar Diogo - IPEC RJ./ Margaret Maron – CRABI - Cascavel PR./ Maria Alice Alencar – IplanRio - RJ./ Maria América Pires - CEDIM - RJ./ Maria Bernadette A. e Silva - Ass. Benef. Do IBRM - RJ./ Maria CLáudia Honorato da S. Souza - SMS Goiânia- GO./ Maria da Conceição da Luz Ferreira – Asplande - Nilópolis RJ./ Maria da Glória F. Souza – ABRADE- RJ./ Maria da Piedade Oliveira - Plano Estrat. de Juiz de Fora- Juiz de Fora MG./ Maria das Graça de Souza Rocha – FARC- RJ./ Maria das Graças Oliveira Silva - SME - 7^ª CRE - RJ./

148 - Maria de Fátima Santágata - Rádio Jagube - IDA - Boca do Acre AC./ Maria Edite C.R. Dantas - Rio Mulher - RJ./ Maria Emília L. Pacheco – Fase - RJ./ Maria Helena M. Rodrigues - Instituto Ipanema - RJ./ Maria Helena M. Teixeira - Vargem Pequena RJ./ Maria Helena Souza da Silva – GEMDER- BA./ Maria Inez Vieira Francis - Agenda 21 Petrópolis - RJ./ Maria Isbela Rodrigues Dutra - Juiz de Fora MG/ Maria José da Rocha Pinto - Cons.M. dos Direitos da Pessoa Deficiente - Macaé RJ./ Maria José da Silva - Agente de Prevenção e Saúde - Vargem Pequena RJ./ Maria José Parreira Xavier - Sec. Mun. de Habitação - Cidade Nova RJ./ Maria Liége Santos Rocha - UBM - DF./ Maria Lúcia Quintela Gomes- BSGI - Leblon RJ./ Maria Luíza B. Velloso - Lagoa Viva – RJ/ Maria Nazaré Melo- Past. Ecol. Do CNBB e AGAPAN- Porto Alegre RS./ Maria Olinda R.M. da Luz- Federação de Bandeirantes do Brasil - RJ./ Maria Raquel dos Santos Silva – CEMUFP- RJ./ Maria Santiago de Lima- CUT -RO./ Maria Socorro Gonçalves - Instituto Terrazul - Fortaleza CE./ Maria Teresa Paletta Crespo - Plano Estrat. de Juiz de Fora- Juiz de Fora MG./ Maria Tereza Maldonado - Cruzada do Menor- RJ./ Maria Thereza Araujo Teixeira- RJ. / Marilda do A. Mascarenhas Knepper - Instituto do Homem - São Luís MA./ Marilena Garcia- Ministério da Saúde - Saúde da Mulher- RJ./ Marilene Costa – CIM- Sorocaba SP./ Mário Luis M. Carins Canni- Marius Garden Work- RJ./ Maristela Maffei- Câmara Mun. De Porto Alegre- Porto Alegre RS./ Marlene Paiva Dalvi- Agente de Prevenção- RJ./ Marlene Parente Pinto – Amasco- RJ./ Marlene S. Goleno- Agente de Prevenção- RJ./ Marli Medeiros- Centro de Educação Ambiental- Porto AlegreRS. / Marluze Pastor Santos- MAMA- S. Luís MA./ Marta Beraldi de Castro Silva- ISAS- Sorocaba SP./ Marta Maria Alves da Silva- SMS de Goiânia- GO./ Marta Penha de Carvalho- SOS Mulher e Família- Ubatuba SP./ Matilde Cecchin- Mov.Catadoras de Mat. Recicláveis- Porto AlegreRS. / Mauriléia Januário Ribeiro- Com. Casa Branca- RJ./ Melissa Menecon - RJ./ Moema Viezzer- Rede de Mulher de Educação- Toledo PR./ Monica Kahn- BSGI- Leblon RJ./ Mônica Maria Gomes Sobreira- SEAAPDI- Niterói RJ./ Nahyda Franca- IBASE - Agenda Social- RJ/ Nair Jane de Castro- Sindicato Domésticas- RJ./ Nanci Nunes Lopes- Sec. Mun. De Educação- Niterói RJ./ Naracirlene dos Anjos Rodrigues- Orion Ass. Aguaricema- Teresina PI./ Neide Aparecida D. Guimarães- Agente de Prevenção- RJ./ Neusa Cardoso de Melo- Rede Saúde- Belo Horizonte MG/ Neuza Maria dos Santos- Metropolitana IX - Itaboraí RJ./ Nilza de Souza Marins- Prefeitura Mun. de Macaé- RJ./ Nilza Iraci- Geledés- SP./ Nilze Costa e Silva – NAVE- Edson Queiroz / Ninon Machado de Faria- Inst. Ipanema- RJ./ Nivaldina Santos da Paixão- COPES- Brasília DF./ Patrícia Carvalho- MRJ- RJ./ Patrícia Lânes- IBASE - Agenda Social- RJ./ Paula Frassinete Lins Duarte- APAN- João Pessoa PB./ Paulo Cesar da Silva Ass.S.O.S. Floresta da Pedra Branca- Seropédica RJ./ Priscila Dulce Dallulone Siqueira- Serviço à Mulher marginalizada- São Sebastião SP/ Raimunda Gomes da Silva- Ass. Dos Seringueiros- S.Miguel do Tocantins TO./ Raquel de Lima da Silva- AMAC- Macaé RJ./ Rebeca Pearl- WEDO- New York EUA./ Regina Helena M. Muller- SME- RJ./ Regina Rocha - Nova Pesquisa- RJ./ Renata Moraes Faustino- Pref.Mun. Paty de Alferes- RJ./ Renato Cunha- GAMBA- Salvador BA./ Ricardo Brauzi- Petrópolis RJ./ Rogéria F. Peixinho- Gab. Dep. Cida Diogo- RJ./ Romy Medeiros- Cons. Nac. Mulheres do Brasil- RJ./ Rosa Girafa- CEDIM- RJ./ Rosa M^ª Soares dos Santos- Agente de Prevenção- RJ./ Rosa Maria Morceli- Inst. Terra Viva-Mulher, Família e Sociedade- Bauru SP./

Rosa Maria Neves- RJ./ Rosalina dos Reis Valle-
CEHAB- RJ./ Rosana da Silva Queiróz Pereira- Agenda Social Rio- RJ./ Rosana Lacerda da Silva – CEAP-
RJ./ Rosângela da Silva Barbosa- Agente de Prevenção- RJ./ Rosângela Gonçalves Vieira- CREAM- Resende
RJ./ Rosângela Pereira Azevedo- PV - Orçamento Participativo- Macaé RJ/ Rossana Holanda- RJ./ Rurany Ester
Silva- Transas do Corpo- Goiânia GO./ Ruth Pereira de Barros- Gestão Comunitária- RJ./ Sandra Lopez de
Almeida- Agenda 21 Petrópolis- RJ./ Sandra Maria de Lima- Rio Mulher- RJ./ Sarah Machado de Carvalho- Grupo
Tortura Nunca Mais- RJ./ Sheila Furtunato dos Santos Gomes- Ass. Mul.amigos da Cachoeirinha - RJ./ Sheyla
Corrêa - Coisa de Mulher- RJ./ Sidineia Borges Gurken- Agenda 21 Local- RJ./ Silvia Ramos- CESEC- RJ./
Solimar Faria Oliveira Vera- EMATER- Niterói RJ./ Sônia Regina de Sul- RJ./ Sônia Regina G. da Silva- Ass. de
Mulheres e Am. Do Morro do Urubu- RJ./ Sônia Regina Parma- Plano Estrat. de Juiz de Fora- MG./ Sonia S.S.
Machado- RJ./ Sueli Gonçalves Couto- INCA-Min.Saúde- RJ./ Tânia Cecília Pacheco- FASE- RJ./ Tania Regina
Rodrigues de Miranda- Rocinha RJ./ Teresa Flores Bedregal- Asociación Pro-Def. de la Natureleza/ Tereza
Christina Vallinoto- Fórum 21- RJ./ Terezinha Alves de Paiva- Vargem Pequena RJ./ Terezinha Passos da Silva-
Rio Mulher- RJ./ Thereza da Silva Aguiar- Agenda 21- Volta Redonda RJ./ Valéria Cunha de Oliveira- INCA-
Min.Saúde- RJ./ Valéria Pereira Barreto- Rede Mulher de Educação- Lima Duarte MG./ Vanda Maria Meneses
Barbosa- Fórum de Ent. Aut. Mulheres de Alagoas- Maceió AL/ Vania Penna Franca- Roda Viva- RJ./ Vania
Tolipan
Cons.Mun.dos Dir.Pes.Port.Def.- Macaé RJ./ Venus Sahihi Pezeshk- Bahá'i do Brasil- Brasília DF./ Vera Lúcia
Ferreira- Agenda 21- Volta Redonda RJ./ Vera Regina Camara - EMATER- RJ./ Verena G. Bernini- Mov.
Mulheres de C. Frio- RJ./ Victória Lavínia Grabois- Grupo Tortura Nunca Mais- RJ./ Virgínia- Agenda 21
Petrópolis- RJ./ Virginia Vargas Valente- Centro Flora Tristán- Lima Peru/ Waldilena Serra Martins- ABAYOMI-
RJ./ Yonne Mº N. Simão Polli- Rede Brasil-TVE- RJ./ Zeni Melo Ferreira- Col. Est. Antônio Dias Lima- D. de
Caxias RJ./ Zuléa Alves- Casa do Idoso- Macaé RJ./ Zuleika Alambert- RJ.

REDEH - Rede de Desenvolvimento Humano
Rua Álvaro Alvim, 21 -16º andar - Centro
CEP:20031-010 - Rio de Janeiro - RJ
FONE:(21)2262-1704
FAX:(21)2262-6454
redeb@redeb.org.br